

29 NOV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Festa para juízes no Rio terá sorteio de viagem a Dubai

Em evento da categoria em hotel de luxo, magistrados concorrerão a pacote para 2 pessoas, com tudo pago

**Norma do CNJ proíbe que juízes recebam prêmios de pessoas ou entidades, sejam elas públicas ou privadas**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

A festa de final de ano dos juízes estaduais do Rio será no Copacabana Palace, no dia 13 de dezembro. Haverá sorteio de uma viagem de dez dias a Dubai e outros Emirados Árabes, para duas pessoas, com tudo pago, incluindo passagens aéreas e despesas de hospedagem.

Para um casal de turistas comum, o pacote "A Esplendorosa Dubai e o melhor dos Emirados Árabes" custa a partir de R\$ 30 mil. O voo sairá de São Paulo, em fevereiro.

O roteiro prevê dois dias no Bab Al-Shams Resorts e Spa (um "oásis no deserto", segundo os organizadores da viagem) e visitas ao Burj Khalifa, prédio mais alto do mundo, e à mesquita de Abu Dhabi. Os passeios serão acompanhados de um guia brasileiro.

A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), promotora da festa, entende que o sorteio não fere as regras fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça: em fevereiro de 2013 o CNJ baixou resolução vedando aos magistrados receberem "prêmios, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas", como prevê a Constituição.

A resolução do CNJ surgiu por causa dos sorteios de automóveis, aparelhos eletrônicos, cruzeiros marítimos e hospedagens em resorts oferecidos por empresas privadas nas festas de final de ano da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis).

Alguns juízes entendem que o CNJ não tem competência sobre associações de magistrados. Mas, na festa de confraternização do ano passado, a associação paulista não distribuiu brindes.

A associação dos juízes do Rio alega que o sorteio não fere a resolução do CNJ, porque a agência de viagens que doará o pacote turístico "não patrocina o evento".

"A TM Travel é apenas uma empresa que a Amaerj utiliza há muitos anos como consultora de turismo", informa a associação, por meio de sua assessoria de imprensa.

A diretora da agência, Tania Marinho Soska, diz que o sorteio da viagem é uma forma de "prestigiar o evento e divulgar a nossa parceria". Juízes interessados em adquirir o mesmo pacote pela TM têm 3% de desconto sobre os preços de mercado.

Cada juiz desembolsará R\$ 250 por pessoa para o jantar do buffet do Copacabana Palace. A festa no Rio será animada pela banda Celebrare e pelo DJ Cappelli. Todos os ingressos foram vendidos em quatro dias.

Aos que pretendem pernoitar, o hotel oferece tarifas exclusivas, que variam de R\$ 1 mil a R\$ 6,2 mil, com direito a um café da manhã no Restaurante Pér gula.

A Amaerj informa que a cervejaria Petrópolis fornecerá cerveja e energético para a festa, por meio de permuta, em troca de anúncio na revista da associação.

**“** A TM Travel é apenas uma empresa que a Amaerj utiliza há muitos anos como consultora de turismo

NOTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO

29 NOV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

## Comparados aos dos EUA, nossos juízes ganham bem

**RAIO-X**  
ALEXANDRE S. CUNHA

**IDADE** 38

**CARGO** Diretor-adjunto de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea

**CARREIRA** Bacharel em direito pela Universidade Federal de Pelotas (1999), mestre (2003) e doutor (2009) pela UFRGS, foi pesquisador visitante na Universidad de los Andes e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo

**ESPECIALISTA DO IPEA AFIRMA QUE JUDICIÁRIO BRASILEIRO CONSOME MAIS VERBAS PÚBLICAS DO QUE A MÉDIA DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

Os juízes de primeiro grau, que lidam diretamente com os problemas da comunidade, deveriam receber mais poderes e recursos.

Essa prioridade para a primeira instância é recomendada por Alexandre dos Santos Cunha, 38, mestre em Direito Civil e doutor em Fundamentos da Experiência Jurídica pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Para ele, as metas de produtividade dos magistrados, cobradas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), deveriam ser acompanhadas por indicadores de redução de conflitos e de cumprimentos de sentenças.

“A questão da qualidade da informação é indissociável disso”, afirma.

Diretor-adjunto de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Cunha afirma que o Poder Judiciário é bem financiado e que o magistrado brasileiro ganha bem em relação aos dos países desenvolvidos.

A seguir, trechos de entrevista de Alexandre Cunha à **Folha**, concedida por e-mail.

**Folha - Quais as graves deficiências do Judiciário, além da morosidade?**

**Alexandre dos Santos Cunha** - As sucessivas propostas de reforma preocupam-se muito com os tribunais, em especial com os tribunais superiores. Os juízes que estão na ponta precisam receber mais poder e mais recursos, porque são eles que lidam diretamente com os problemas da comunidade.

A imensa maioria dos processos nunca subirá do Primeiro Grau de Jurisdição, nunca será apreciada por qualquer tribunal.

**Como avalia a cobrança de metas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça)?**

O monitoramento permanente e a avaliação periódica são absolutamente essenciais. O CNJ pretendeu fazê-lo por meio do estabelecimento de metas, muitas das quais associadas à produtividade dos magistrados.

Essa iniciativa deveria ter sido seguida de outras, especialmente no que diz respeito à qualidade da prestação jurisdicional.

**Como melhorar a qualidade no Judiciário?**

O Judiciário vem se orientando por um paradigma produtivista. De nada adianta sentenciar e baixar processos se disso não resultar a melhoria do acesso à Justiça, a garantia dos direitos do cidadão e a pacificação das relações sociais.

Os indicadores de produtividade deveriam ser acompanhados por outros, como o impacto na redução dos conflitos sociais ou a taxa de sucesso nas execuções ou cumprimentos de sentença.

Tudo isso é mensurável, embora não com as informações das quais dispomos hoje.

**CONTINUA**

**Como tornar efetiva a melhoria de gestão, se as administrações nos tribunais mudam a cada dois anos?**

O mandato excessivamente curto das administrações dos tribunais é um problema, principalmente porque os presidentes dos tribunais gozam de amplos poderes de gestão, que não são contrabalançados pela existência de uma burocracia de Estado, capaz de garantir a continuidade das ações.

**Quais seriam as alternativas?**

Se não é politicamente possível ampliar o mandato dos presidentes dos tribunais, deve-se discutir seus poderes de gestão.

Uma alternativa seria a formação de uma burocracia de Estado responsável pela administração dos tribunais. Outra seria a implantação de estratégias de planejamento de médio e longo prazo, que vinculem os gestores.

**Os juízes reclamam dos cortes no orçamento do Judiciário.**

O Poder Judiciário brasileiro é bastante bem financiado, consumindo 1,2% do PIB.

Essa participação na renda nacional é substancialmente maior do que a média dos países-membros da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, grupo dos 34 países mais desenvolvidos]. E não vem sendo reduzida, mas gradualmente ampliada.

**O magistrado brasileiro ganha bem?**

Comparada com outros países, a magistratura brasileira é bem remunerada, mesmo em relação aos Estados Unidos e à Europa Ocidental.

**O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Renato Nalini, diz que o auxílio-moradia disfarça um aumento do subsídio que está defasado.**

Benefícios extraordinários geram distorções, além de

reduzir a transparência das estruturas remuneratórias.

O melhor seria discutir o valor do subsídio. Uma verba indenizatória que não requer prova da despesa que está sendo indenizada nunca é uma notícia alvissareira.

**Como o senhor explica o paradoxo entre a alta litigiosidade e o baixo acesso à Justiça?**

A quantidade de processos em tramitação no Judiciário brasileiro é muito alta, mas a maior parte dos cidadãos que se sentem lesados em seus direitos não procura resolver judicialmente a questão.

Somos um país que pratica a lesão massiva dos direitos de seus cidadãos, em especial por meio da atuação de alguns grupos econômicos que todo mundo conhece.

**Qual é a percepção da sociedade de que o sistema não é efetivo?**

O cidadão não compreende a estrutura, o funcionamento e o ritmo do sistema de Justiça, e não parece haver um esforço coordenado para melhorar a comunicação com a sociedade.

O sistema acaba sendo percebido, muitas vezes injustamente, como incompreensível, oneroso e demorado.

**Qual a possibilidade de vir a ser questionada a legitimidade do Poder Judiciário?**

Se o cidadão não compreende o sistema de Justiça, ou não acredita que este possa resolver adequadamente seus conflitos em tempo razoável, simplesmente perde a confiança e não o procura mais.

Recentemente, a sociedade vem sendo surpreendida com manifestações golpistas. E se alguém acreditar que se pode prescindir do Judiciário? Não podemos brincar com essas coisas.

**Dez anos depois da Reforma do Judiciário, quais foram os principais ganhos para o jurisdicionado?**

A criação do Conselho Nacional de Justiça e a universalização das defensorias públicas representaram avanços institucionais muito importantes.

A produção de informação sobre o sistema de Justiça ainda é ruim, mas melhorou significativamente.

O diálogo entre academia, sociedade organizada e os Poderes da República vem sendo preservado, e isso é essencial para que possamos continuar avançando no futuro.

**“ O Judiciário brasileiro é bastante bem financiado, consumindo 1,2% do PIB. Essa participação na renda nacional é substancialmente maior do que a média dos países-membros da OCDE [34 países mais desenvolvidos]. E não vem sendo reduzida, mas gradualmente ampliada**

**Comparada com outros países, a magistratura brasileira é bem remunerada, mesmo em relação aos Estados Unidos e à Europa Ocidental**

**CONTINUA**

29 NOV 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

“ As sucessivas propostas de reforma preocupam-se muito com os tribunais superiores. Os juizes que estão na ponta precisam receber mais poder e mais recursos, porque são eles que lidam diretamente com os problemas da comunidade

O Judiciário vem se orientando por um paradigma produtivista. De nada adianta sentenciar se disso não resultar a melhoria do acesso à Justiça, a garantia dos direitos do cidadão e a pacificação das relações sociais

29 NOV 2014

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### ENTRE LEIS E TALHERES

José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de SP, e Paulo Adib Casseb, do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, participaram do almoço de fim de ano do MDA (Movimento de Defesa da Advocacia), anteontem. O evento, na Sociedade Harmonia de Tênis, reuniu convidados como Marcos da Costa, presidente da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil), José Horácio Ribeiro, presidente do Iasp (Instituto dos Advogados de São Paulo), e os advogados Sérgio Rosenthal, Alberto Zacharias Toron e Roberto Podval. O deputado estadual Fernando Capez (PSDB-SP) também passou por lá.



José Renato  
Nalini  
e Marcos  
da Costa

29 NOV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# Irmão de Dias

# Toffoli é alvo

# de ação da

# Procuradoria

Ex-prefeito é acusado de usar verba da educação para pagar a folha salarial

**Advogado de José Ticiano diz que não poderia comentar a denúncia porque ainda não foi notificado**

O Ministério Público Federal denunciou na quarta-feira (26) por uso indevido de recursos públicos os ex-prefeitos de Marília (SP) Mário Bulgarelli (PDT) e José Ticiano Dias Toffoli (PT), irmão do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Superior Tribunal Federal), José Dias Toffoli.

De acordo com a denúncia, entre 2009 e 2012, eles teriam desviado R\$ 57 milhões que deveriam ter sido aplicados em saúde e educação.

Os recursos, originários do Fundo Municipal de Saúde e de contas vinculadas a atividades escolares, foram utilizados para custeio da folha de pagamento da prefeitura e para outros gastos com a máquina pública.

Segundo o Ministério Público Federal, o irmão do ministro, que assumiu o cargo de prefeito por dez meses em 2012, teria movimentado irregularmente R\$ 28,8 milhões.

O seu antecessor, que administrou Marília entre 2005

e 2012, seria o responsável pelo desvio de R\$ 28,2 milhões.

Em depoimento, de acordo com a denúncia, o irmão do ministro disse que “tinha consciência da irregularidade” e afirmou que deu continuidade à movimentação irregular porque a prefeitura apresentava deficit financeiro de cerca de R\$ 8 milhões, o que “estava inviabilizando o andamento da máquina pública”.

“Ele [Ticiano Dias Toffoli] disse que era uma prática usada pelo prefeito anterior e que, para manter o caixa do município, teve de fazer isso também”, explicou o procurador Jefferson Aparecido Dias, o autor da denúncia.

Além dos ex-prefeitos, foram denunciados também os ex-secretários da Fazenda Nelson Virgílio Grancieri, Adelson Lélis da Silva e Gabriel Silva Ribeiro. Segundo o Ministério Público Federal, eles operaram as transferências por determinação de Mário Bulgarelli e Ticiano Toffoli.

O promotor pediu a condenação dos ex-prefeitos e ex-secretários por crime de responsabilidade, que prevê pena de três meses a três anos, e solicitou que os agentes públicos reparem os danos causados em R\$ 33,2 milhões.

O advogado de José Ticiano, Samuel Castanheira, disse que não poderia comentar a denúncia pois não foi notificado. Os demais denunciados não foram localizados.

**“ Ele [Ticiano Dias Toffoli] disse que era uma prática usada pelo prefeito anterior e que, para manter o caixa do município, teve de fazer isso também**

JEFFERSON APARECIDO DIAS  
procurador da República

29 NOV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Esforço concentrado

Teori Zavascki, relator no STF (Supremo Tribunal Federal) das ações da Operação Lava Jato, nomeou como assessor em seu gabinete o desembargador federal aposentado Manoel Volkmer de Castilho, que atuou com ele no TRF da 4ª Região. O ministro reforça sua equipe diante da proximidade da nova fase da investigação, quando o Ministério Público Federal deve apresentar denúncia contra políticos com foro privilegiado citados nos depoimentos dos acusados de desvios na Petrobras.

**Currículo** Depois de se aposentar, em 2003, Castilho foi consultor-geral da União no governo Lula e secretário-geral da presidência do Supremo durante o comando da ministra Ellen Gracie.

**Processo seletivo** O ministro que Dilma Rousseff indicou para o STF na vaga de Joaquim Barbosa será alocado na segunda turma da corte — a mesma de Teori. O novo ocupante, portanto, deve participar do julgamento dos políticos acusados no caso.

**Algoz** Parlamentares citados em escutas e delações da Lava Jato que não se elegeram em outubro terão seus processos remetidos ao juiz federal Sérgio Moro, no Paraná, e não ao Supremo.

**Sem foro** É o caso do petista Cândido Vaccarezza (SP) e do ex-petista André Vargas (PR). Durante a campanha eleitoral, o PT atacou Moro pela divulgação de depoimentos que ligavam o partido ao escândalo de corrupção.

**Gazeta 1** Três dos conselheiros do CNJ que assinaram o manifesto contra o cancelamento da chamada pauta rápida do órgão, as sessões que aconteciam às segundas-feiras, faltaram ontem à primeira sessão extraordinária convocada pelo presidente Ricardo Lewandowski.

**Gazeta 2** Saulo Bahia, Gilberto Martins e Luiza Frischeisen alegaram outros compromissos para não comparecer à reunião, comandada pela vice-presidente, a ministra Cármen Lúcia.

29 NOV 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Procurador do caso Alstom tem processo disciplinar suspenso

Rodrigo de Grandis respondia por demora em cooperar com a Suíça; liminar é do STF

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes concedeu liminar que suspende a decisão do corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramujas Assad, para instaurar processo disciplinar contra o procurador da República Rodrigo de Grandis.

Assad abriu processo disciplinar para apurar os indícios de que o procurador descumprira dever legal no exercício de sua função ao deixar parado, por quase três anos, um pedido de investigação sobre o caso Alstom — a suspeita de distribuição de propinas da multinacional francesa para servidores e políticos do PSDB em São Paulo.

O processo ficará suspenso até julgamento final de mandado de segurança feito pelo procurador no STF. Em sua defesa, Grandis alegou que não houve garantias de contraditório e ampla defesa. Ele é representado pelo advogado Pierpaolo Cruz Bottini.

Grandis alegou que recebeu pedidos de cooperação

de autoridades suíças, visando ao levantamento de provas naquele país envolvendo fraudes no fornecimento de equipamentos pela Alstom.

Ele menciona reportagem da **Folha**, de 26 de outubro de 2013, com o título “Sem apoio do Brasil, Suíça arquivava parte do caso Alstom”. A notícia motivou o início da apuração pela corregedoria do MPF (Ministério Público Federal), que concluiu, por unanimidade, pelo arquivamento da sindicância.

Segundo Grandis alegou, no último dia 17 foi surpreendido com a intimação para responder pelos mesmos fatos, perante a corregedoria do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), “de forma monocrática pelo conselheiro-corregedor” Assad.

Em sua decisão, o ministro Gilmar Mendes acolhe a argumentação da defesa. Ele registra no texto que o procedimento administrativo “foi instaurado monocraticamente [por Assad] sem que fosse conferida ao impetrante [Grandis] a oportunidade de apresentação de qualquer manifestação no CNMP”.

# FOLHA DE S. PAULO

## Suspeito de ajudar doleiro, irmão de ex-ministro é solto

DO ENVIADO A CURITIBA  
DE CURITIBA

O juiz federal Sergio Moro revogou nesta sexta-feira (28) a prisão temporária e liberou Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro do Ministro das Cidades Mário Negromonte e apontado como integrante do esquema de lavagem de dinheiro do doleiro Alberto Youssef.

Ao justificar a decisão, Moro escreveu que Adarico tinha o papel de "subordinado, encarregando-se de transportar e distribuir dinheiro aos beneficiários dos pagamentos".

Adarico se entregou na segunda-feira (17) à Polícia Federal em Curitiba. Ele foi o último preso da sétima fase da Operação Lava Jato, que investiga desvios em licitações da Petrobras e pagamento de propina a políticas.

Apesar da soltura, Adarico não poderá viajar para fora do país, mudar de endereço e terá de comparecer a todos os atos do processo quando for convocado.

Ele deixou a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba pouco depois das 19h, acompanhado do filho Adarico Negromonte Neto e das duas advogadas.

Adarico não falou com a imprensa. Segundo sua defesa, ele seguiu de carro para casa, em Registro (a 188 quilômetros de São Paulo).

"Foi uma decisão baseada no princípio da presunção da inocência", afirmou a advogada Joyce Roysen.

"Nosso cliente de fato colaborou. Foi ouvido, prestou os esclarecimentos e não foi mais questionado. Nenhum elemento novo surgiu", disse.

Ela não confirmou se Adarico atuava ou não como transportador de valores para o doleiro Alberto Youssef, como sugere a investigação da PF. (FABIANO MAISONNAVE E ESTELITA HASS CARAZZAI)

29 NOV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça inova com prática restaurativa

29 NOV 2014

Aos 17 anos, Adilson Rodrigues Alves queria montar sua própria facção criminosa. Criado em um bairro violento de Porto Alegre, é o único de três irmãos ainda vivo. Do pai, tem mais lembranças preso do que solto.

Adilson estreou no crime em 2006 com o roubo de um carro. Usou uma arma de brinquedo e foi apreendido alguns dias depois.

Sua internação comoveu familiares e amigos que organizaram um abaixo-assinado para mostrar ao juiz que o jovem havia cometido um erro corrigível. “Tinha mais de cem assinaturas. Dizia que ele era um cara legal. Decidi chamar algumas dessas pessoas para se encontrarem com ele”, lembra o juiz Leoberto Brancher, da Vara da Infância e da Juventude de Caxias do Sul (RS).

Ao promover uma reunião dos amigos com Adilson —as vítimas do roubo foram convidadas, mas não compareceram—, o juiz colocou em prática a justiça restaurativa, que procura discutir formas de reparação ao dano causado para além da prisão.

“A justiça restaurativa traz resultado tanto para a relação específica entre vítima e ofensor quanto para a comunidade que os envolve”, defende Brancher.

Para que os encontros ocorram, a participação deve ser voluntária, e o infrator deve reconhecer que cometeu o delito. “Há jovens que preferem só cumprir a medida socioeducativa a ter que encarar as consequências de suas ações”, diz o juiz Egberto Penedo, de São Paulo.

No Brasil, 15 Estados usam a justiça restaurativa, em geral em processos envolvendo adolescentes. No caso de Adilson, o encontro mudou sua vida. Hoje, ele trabalha como educador em Porto Alegre.

(MURILO ZARDO E DANTE FERRASOLI)

## Projeto mobiliza mulher agredida e jovem infrator

Para trazer um pouco mais de paz a São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), a prefeitura apostou em duas frentes: mulheres e jovens.

As moradoras dos bairros mais violentos estão sendo oferecidos encontros em que se discutem temas como opressão de gênero, direitos humanos e solidariedade.

A dona de casa Carolina da Silva, 36, que apanhava do marido, mudou depois de participar das reuniões. “Decidi correr atrás dos meus sonhos, me separei e voltei a estudar”, conta.

Aos jovens são oferecidos cursos de qualificação profissional e aulas que incluem discussões sobre cidadania, igualdade racial, violência e sustentabilidade.

Wagner de Jesus Santos, 23, voltou a pintar depois de aderir ao programa. “Não conseguia grafitar”, diz, ao lembrar o tempo em que usava drogas. (NATÁLIA PORTINARI)

29 NOV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Violência universitária

**DRAUZIO VARELLA**

**O estupro é inseparável da  
agressividade dos trotes.  
Tratá-lo com benevolência  
é compactuar com ele**

*FIQUEI CHOCADO com os casos de estupro em festas da Faculdade de Medicina da USP. A julgar pela repercussão na imprensa não fui só eu, mas a condição de ex-aluno me deixou mais revoltado.*

*É evidente que as alunas violentadas não foram as primeiras universitárias atacadas por colegas no Brasil, esses casos acontecem há anos, acobertados pelo manto perverso da condescendência com o criminoso e do preconceito contra a mulher, maldição bíblica milenar.*

*O estupro é dos crimes mais abjetos. Nas cadeias, as vinganças mais diabólicas a que assisti foram perpetradas contra estupradores. No mundo do crime, a repugnância causada por eles é tão universal, que no Estado de São Paulo cumprem pena numa penitenciária exclusiva, única forma de garantir-lhes a integridade física.*

*O lado mais desprezível da violência sexual contra a mulher é o de considerar a vítima culpada pela agressão sofrida. Ninguém atribui a culpa do roubo ao assaltado que sai de casa com dinheiro no bolso. Contra a mulher estuprada, no entanto, paira no ar a suspeita de que a sedução tenha partido dela.*

*No caso particular das festas universitárias em que o álcool é consumido à larga, a justificativa está à mão do primeiro cretino: "Quem mandou ficar bêbada? Se quisesse ser respeitada, não teria bebido".*

*Como assim? O fato de uma mulher ter bebido mais do que devia é a senha para que qualquer boçal se aproveite dela? Em outras épocas, fiquei bêbado numa festa do centro acadêmico sem que nenhum colega tenha se sentido no direito de me es-*

*tuprar (pelo menos até onde me é dado saber).*

*Vários de meus colegas médicos minimizam o caso das alunas violentadas, com o argumento de que a repercussão na imprensa foi desproporcional porque o caso ocorreu com estudantes de medicina da USP.*

*Fosse com meninas de faculdades particulares de direito, cinema ou ciências sociais, não causaria tal clamor nem ganharia espaço na mídia. Reconhecem que esses acontecimentos são deploráveis, mas apenas refletem o comportamento da sociedade.*

*Como assim? Desde quando aceitar a covardia das agressões contra as mulheres que não são "bem nascidas" é justificativa para fazer vistas grossas àquela cometida contra as outras?*

*A indignação geral contra os estupros cometidos justamente por estudantes de medicina é mais do que justificada. No exercício de nossa profissão temos acesso ao corpo dos pacientes. O mínimo que a sociedade espera de nós é que saibamos respeitá-lo, pertençam a mulheres ou a homens, embriagados, drogados, anestesiados ou não.*

*Depois do leite derramado, o corpo docente da Faculdade de Medicina se propõe a criar comissões para tratar do problema, com providências que vão da investigação ao apoio psicológico às alunas violentadas e a medidas educativas para reforçar a aceitação da diversidade de sexual e racial.*

*Acho bonito. Quem pode ser contrário à educação?*

*O caso desses estupros, entretanto, não representa mero desvio de conduta de meninos despreparados, carentes de orientação e de carinho.*

*A maioria esmagadora dos alunos de medicina da USP pertence a uma elite estudantil que se preparou nos melhores colégios de São Paulo, condição essencial para enfrentar o vestibular mais disputado do país. Não foram criados na violência da periferia nem abusados na infância a ponto de distorcer-lhes a personalidade e deformar-lhes o caráter.*

*No caso deles, o caldo de cultura para a brutalidade sexual que agora nos choca não vem do berço, mas de uma prática estúpida e imbecilizante que se perpetua nas faculdades: o famigerado trote.*

*Até quando vamos conviver com essa iniquidade institucionalizada, antiquada, violenta e humilhante, dirigida contra aqueles que deveriam ser acolhidos com fraternidade no ambiente universitário?*

*É no trote que se estabelece a relação de poder que os veteranos impõem aos calouros e às calouras. O estupro é parte inseparável desse contexto agressivo. Tratá-lo com benevolência é compactuar com ele.*

*Não há o que discutir: estupro no Brasil é crime previsto no Código Penal, para pobres e ricos, pretos e brancos, tenham estudado ou não. É caso de polícia e cadeia. Não qualquer cadeia, porque a bandidagem estupra e mata estupradores.*

29 NOV 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Incompetência atemporal

O fracasso do governo federal diante do conflito fundiário entre produtores rurais e indígenas desembocou na judicialização da disputa em torno da demarcação de terras. Como consequência, prolonga-se o impasse e cresce o risco de decisões que não dão conta da complexidade do assunto.

Esse é o caso de julgamento concluído em setembro pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Por 3 votos a 1, a corte deu razão a um fazendeiro que pediu a anulação da demarcação da terra indígena Guyraroká, concedida a grupos guaranis-kaiowás em 2009.

Prevaleceu por ora (o Ministério Público Federal entrou com recurso) a tese do marco temporal, segundo a qual só podem ser demarcadas áreas que estivessem ocupadas por indígenas em 1988, ano de promulgação da Constituição.

Localizada em Caarapó (MS), Guyraroká não abriga comunidades guaranis-kaiowás desde a década de 1940, segundo laudo antropológico da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Se o entendimento vingar, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), entidade ligada à Igreja Católica, estima que ao menos 300 territórios possam ser afetados.

Ao impor o marco arbitrário de 1988, entretanto, o STF ignora o bem documentado processo de co-

lonização do sul de Mato Grosso do Sul, ocorrido até meados da década de 1950. Os guaranis-kaiowás foram confinados em áreas de até 3.500 hectares, hoje superpovoadas e marcadas por suicídios, desnutrição infantil e violência.

Deve-se lembrar, além disso, que a própria Constituição garante aos índios o direito originário a territórios tradicionalmente ocupados.

Se a situação revela-se intrincada em relação aos povos indígenas, muitas vezes tirados à força das regiões onde viviam, o mesmo pode ser dito quanto aos produtores rurais, muitos dos quais proprietários de terras adquiridas de boa-fé.

Atento ao segundo ponto, o STF indicou que a União deve indenizar integralmente pela terra, e não só pelas benfeitorias, os fazendeiros com titulação reconhecida.

Parece um caminho capaz de minimizar conflitos, e o governo recentemente demonstrou percepção semelhante. Ainda é pouco, contudo, para uma administração que mantém a Funai sem presidente pleno desde junho de 2013.

Prestes a começar um novo mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) tem a oportunidade de corrigir anos de descaso. Caso não assuma o protagonismo, deixará a questão indígena refém de crises de violência e de simplificações moldadas por decisões judiciais.

3 0 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

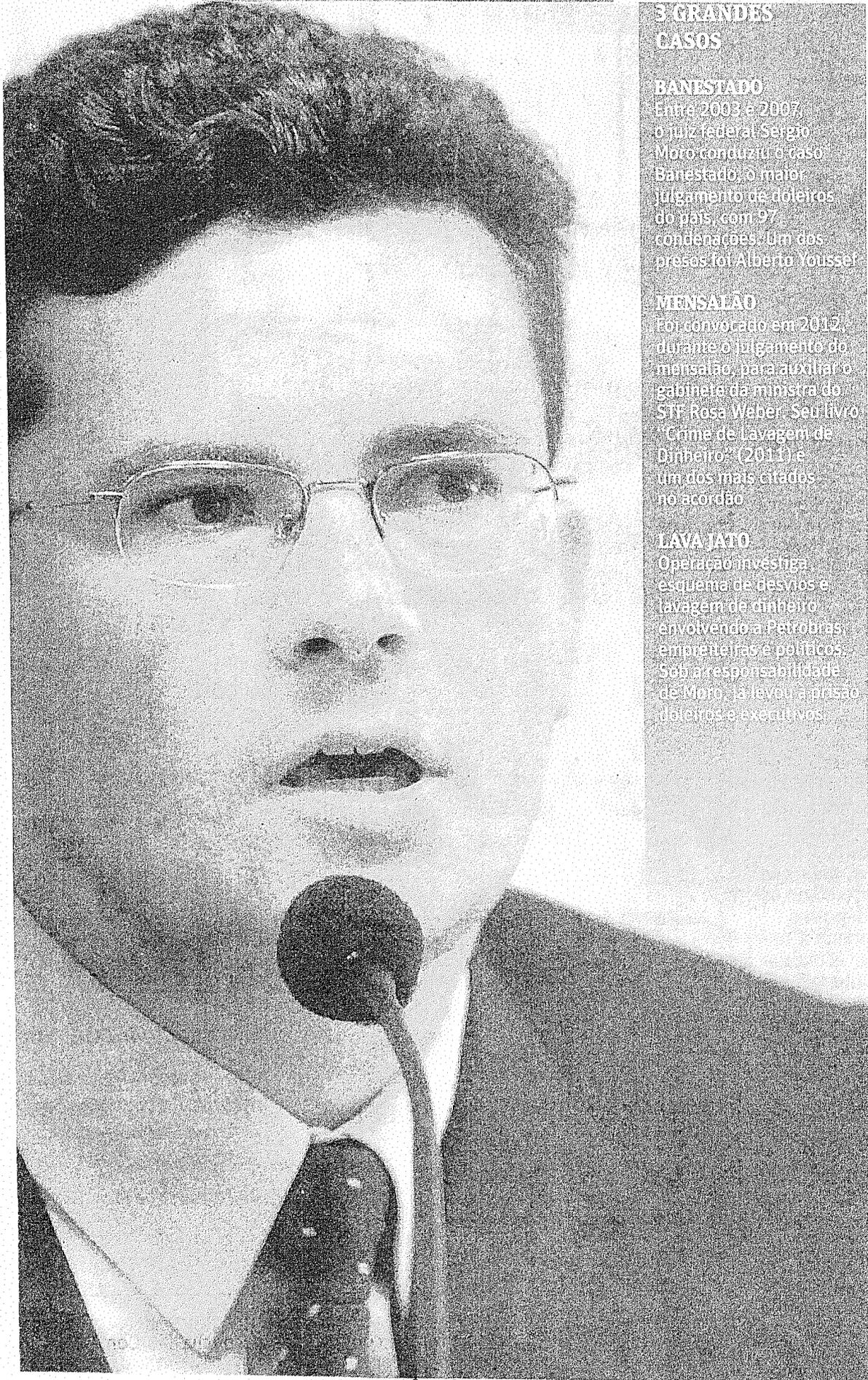
# JUIZ COM CAUSA

Sério e discreto, Sergio Moro se **especializou** em casos de **lavagem** de dinheiro antes de aterrorizar executivos, empresas e advogados na Lava Jato

“ Quanto aos crimes de colarinho branco, o custo e o desgaste não valem o resultado. Se prende-se, se solta. Se não prende, prescreve pelo tempo entre eventual condenação e início da execução da pena

SERGIO MORO  
juiz, em 2009, em e-mail a amigos

CONTINUA



### 3 GRANDES CASOS

#### BANESTADO

Entre 2003 e 2007, o juiz federal Sérgio Moro conduziu o caso Banestado, o maior julgamento de doleiros do país, com 97 condenações. Um dos presos foi Alberto Youssef

#### MENSALÃO

Foi convocado em 2012, durante o julgamento do mensalão, para auxiliar o gabinete da ministra do STF Rosa Weber. Seu livro "Crime de Lavagem de Dinheiro" (2011) é um dos mais citados no acórdão

#### LAVA JATO

Operação investiga esquema de desvios e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos. Sob a responsabilidade de Moro, já levou a prisão doleiros e executivos

DE CURITIBA  
DO ENVIADO A CURITIBA  
DE SÃO PAULO

“Quanto aos crimes de colarinho branco, o custo e o desgaste não valem o resultado. Se prende-se, se solta. Se não prende, prescreve pelo tempo entre eventual condenação e início da execução da pena.”

Não parece, mas a constatação é de Sergio Moro, 42, juiz federal que, neste mês, mandou prender altos executivos das maiores empreiteiras do país na Operação Lava Jato, que apura esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras.

Escrita em 30 de março de 2009, a frase é parte de um e-mail dele a amigos dizendo que desistira de julgar crimes de colarinho branco. “O melhor é investigar e abrir processos somente em relação ao tráfico de drogas e lavagem dela decorrente, para os quais o sistema ainda é eficiente.”

Na época, o magistrado estava desiludido com a maneira com que a Justiça tratava casos como o do banqueiro Daniel Dantas, solto em 2009 após decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), com um pito público em um juiz federal, Fausto de Sanctis.

Moro, que não gosta de dar entrevistas, contou a amigos que não pensa como antes porque país e tribunais mudaram de ideia. Sobretudo após o julgamento do mensalão.

Dois números ilustram a mudança: advogados de alvos da Lava Jato já perderam mais de cem recursos, enquanto Moro teve só uma derrota — em maio, o STF mandou soltar o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

### DISCRICÃO

Paranaense de Maringá e filho de um professor de geografia da UEM (Universidade Estadual de Maringá), onde se formou em direito, o juiz é descrito como obstinado, concentrado e discreto.

“Era tido pelos colegas como intelectualmente diferenciado. Reservado, estudioso, com um humor muito refinado”, diz o juiz federal Anderson Furlan, 39, amigo de Moro desde 1992, quando, calouro, foi salvo por ele num trote.

Moro não era visto em festas e passava longe do movimento estudantil. “Nunca soube pra quem ele votou”, assegura Furlan. Nem time de futebol? “Não tem. E se tivesse, não falaria, porque talvez pudesse julgar esse time um dia. Discricão à pura prova.”

Após um breve período trabalhando em um escritório de direito tributário, Moro torriou-se juiz federal cedo, aos 24 anos, em 1996.

Em 2003, começou seu primeiro grande caso, a investigação sobre a remessa ilegal ao exterior de cerca de US\$ 30 bilhões via Banestado, banco estatal do Paraná. Nele, aprofundou conhecimentos sobre lavagem e colaboração com outros países, principalmente os EUA, onde estudou.

Em 2004, participou da Operação Farol da Colina, que culminou na prisão de 63 doleiros — a maior apuração sobre lavagem no Brasil até a Lava Jato. A experiência motivou a ministra Rosa Weber a convocá-lo para ajudá-la no julgamento do mensalão, em 2012. Advogados ficaram apreensivos — sua fama de “linha dura” já era grande.

A experiência rendeu. “Ele conheceu como pensam os ministros. Sabe onde uma investigação pode se tornar mais ou menos frágil”, afirma o amigo Furlan. “É simples e discreto”, diz Leonardo de Farias Duarte, juiz que foi auxiliar de Joaquim Barbosa na mesma época.

Entre os poucos comentários aos demais auxiliares sobre sua vida, Moro falou sobre seu descontentamento com os rumos da ação que movia contra a Universidade Federal do Paraná, onde até hoje ensina direito penal.

Por causa do trabalho no STF, ele tentou convencer a instituição a deixá-lo lecionar por três horários consecutivos às sextas-feiras, o que feria as normas internas. Moro ficou contrariado com a recusa e entrou com o processo. Perdeu em duas instâncias.

Nas classes, afrouxa a sisudez. É sério e exigente, mas faz tiradas e é acessível. Com alguns estudantes, trocava até torpedos. No início do ano, foi escolhido como nome de turma e participou do almoço de despedida dos alunos.

Um de seus temas preferidos nas aulas é a Operação Mãos Limpas, que combateu a lavagem de dinheiro e desmontou a máfia na Itália.

### MELHOR SÓ

Na Lava Jato, a fama de juiz duro e competente vem se consolidando.

“Eu apanhei bastante dele. Não é fácil”, conta um advogado com carreira na área criminal, que pediu para não ter o nome publicado. “Ele fundamenta as decisões muito bem. Conseguir reverter uma decisão é muito difícil.”

A oposição, que aposta na Lava Jato como principal fonte de desgaste do PT no governo federal, tem saído em defesa de Moro. Parlamentares do bloco fizeram chegar a seus ouvidos que, caso se sentisse pressionado ou ameaçado, poderia pedir ajuda.

O juiz jamais respondeu aos acenos. Segundo interlocutores escalados para essas missões, manda dizer que agradece a preocupação, mas está muito bem sozinho, obrigado. (ESTELITA NASS CARAZZAI, DANIELA LIMA, FABIANO MAISONNAVE E MARIO CESAR CARVALHO)

### CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

30 NOV 2014

## Advogados apostam em ministros do STF para conter juiz

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

Argumentos como os que os advogados têm usado para tentar afastar o juiz Sérgio Moro da Operação Lava Jato foram oferecidos antes sem sucesso contra Joaquim Barbosa, relator do mensalão no Supremo Tribunal Federal.

Barbosa foi acusado de parcialidade e pré-julgamento, mas submeteu ao plenário as petições apresentadas pelos advogados e sempre obteve apoio dos colegas, apesar das divergências sobre o caso.

Na Lava Jato, os advogados dizem que Moro age para manter as ações sob sua responsabilidade na primeira instância, evitando que menções a políticos com foro no STF levem o caso para longe.

Mas os processos com políticos envolvidos já estão no Supremo, onde correm sob sigilo por ordem do ministro Teori Zavascki. Se Moro permitisse que os acusados fossem indagados por fatos ligados a políticos, estaria agindo fora de sua competência legal.

Alberto Zacharias Toron, advogado que representa executivos de uma empreiteira acusada de participação no esquema, disse à **Folha** que as prisões autorizadas por Moro têm a meta de coagir suspeitos a colaborar com a Justiça.

O constrangimento das prisões e o temor de punições rigorosas podem de fato levar os acusados a tomar decisões precipitadas, mas não é possível concluir um acordo de delação premiada sem ter a concordância dos advogados.

Muitos criticam Moro por crerem que teriam melhores condições de defender seus clientes se todos os processos fossem para o STF, e não só os que envolverem políticos.

Ministros da corte têm restrições a Moro, magistrado que, eles dizem, às vezes resiste ou expressa inconformismo ao ser contrariado por decisões de instância superior.

Há menos de dois meses, o ministro do STF Gilmar Mendes mandou à corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cópia de um processo aberto para apurar se Moro cometera infração disciplinar num caso.

O processo é relacionado ao julgamento, em 2013, de habeas corpus impetrado em 2008 por um doleiro condenado a nove anos de prisão. O doleiro queria afastar Moro do caso, alegando parcialidade.

Em 2010, o relator, Eros Grau, rejeitou a suspeição. Mendes pediu vista e se disse impressionado com vários incidentes do processo e os “repetidos decretos de prisão”, mesmo admitindo que todos estavam “fundamentados”.

Moro chegara a ordenar o monitoramento dos advogados do caso, permitindo busca de informações sobre viagens de avião. Teori Zavascki entendeu que era para cumprir ordem de prisão. Mendes e Celso de Mello classificaram o fato como “gravíssimo”.

Mello chegou a sugerir que o processo todo fosse invalidado, mas nenhum outro ministro concordou. Mendes disse não ver motivo para afastar Moro do caso, mas sugeriu que a reclamação dos advogados fosse enviada ao Conselho Nacional de Justiça e à corregedoria regional do TRF.

O CNJ já havia arquivado acusações do doleiro e dos advogados contra Moro.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## SINAL QUASE VERDE 01 DEZ 2014

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deve aprovar as contas de campanha da reeleição de Dilma Rousseff, ainda que com ressalvas.

### DIÁLOGO ABERTO

Atemorizado com a possibilidade de rejeição das contas, ainda mais depois que o ministro Gilmar Mendes foi sorteado para relatar o processo, o governo tem enviado emissários para sondar os magistrados. A possibilidade maior é a de que sejam feitas ressalvas a alguns aspectos da prestação de contas —sem, no entanto, reprová-las em sua totalidade.

### NO OSSO

“Rejeição, só em caso de uma fratura exposta”, diz um dos ministros.

### INTERVALO

A Presidência da República aparece na lista do TSE dos cem maiores fornecedores da campanha de 2014. Dilma pagou R\$ 5 milhões pelo uso que fez do avião presidencial quando tentava a reeleição.

### POR BAIXO

Só os cem maiores fornecedores receberam, no total, R\$ 3,9 bilhões.

### ESTRELA

A Polis Propaganda & Marketing, do jornalista João Santana, responsável pela propaganda de Dilma, é a primeira da lista do TSE. Recebeu R\$ 78 milhões.

29 NOV 2014

GAZETA DO POVO

# Bibinho é preso no aeroporto de Brasília ao receber uma mala com R\$ 70 mil

Ex-diretor da Assembleia teria montado esquema para movimentar verba bloqueada na Justiça

*Diego Ribeiro, Katia Brembatti, André Gonçalves e Paulo Galvez*

■ No momento em que recebia uma mala com R\$ 70 mil no aeroporto de Brasília, foi preso na manhã de ontem Abib Miguel, ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná. Conhecido como Bibinho, ele é acusado pelo Ministério Público do Paraná (MP) de ser o mentor de um esquema de desvio de recursos públicos da Casa e estava com contas bancárias e bens bloqueados desde 2010. No entanto, teria montado uma rede de lavagem de dinheiro que permitia que continuasse movimentando dinheiro por meio de empresas e contas em nome de outras pessoas. A prisão de ontem faz parte da Operação Argonauta, desencadeada justamente para encerrar com a suposta lavagem. A operação foi comandada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP.

A 4.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba autorizou a prisão temporária, por cinco dias, de

mais quatro suspeitos: dois filhos de Bibinho — Eduardo Miguel Abib e Luciana de Lara Abib — e os irmãos Edivan e Sandro Bataglin. Luciana é apontada pelo MP como principal testa de ferro do pai. Já os irmãos Bataglin eram sócios de Abib e administravam a fazenda dele em Goiás.

A Justiça ainda determinou o cumprimento de 14 mandados de busca e apreensão em Curitiba e Irati, no interior do Paraná, Macapá (AP), Caxias do Sul (RS), São João D'Aliança (GO) e Brasília (DF). Aconteceram ainda três conduções coercitivas — quando a pessoa é levada forçosamente para prestar depoimento — de três pessoas: a filha de Bibinho Isabel Stein Miguel, Djalma Vieira de Souza e Benedito Henrique Reginato.

Os promotores do Gaeco descobriram que Bibinho encontrou uma maneira de movimentar dinheiro, mesmo estando com contas e bens bloqueados. Três meses de grampos telefônicos, autorizados pela Justiça, revelaram as negociações. Sem poder fazer transações bancárias, Bibinho estaria movimentando “dinheiro vivo”. A investigação filmou ao menos outros dois momentos em que Bibinho recebia malas de dinheiro. “Identifica-

mos que ele, durante um período recente, costumava fazer essas operações no aeroporto de Brasília. Ele vinha, pegava o dinheiro e voltava no mesmo dia”, disse, em entrevista por telefone, o coordenador do Gaeco de Curitiba, promotor Denilson Soares de Almeida, que estava no interior de Goiás. O MP suspeita que esses recursos eram entregues mensalmente no aeroporto para uso pessoal de Bibinho.

O Gaeco identificou cinco empresas (veja o infográfico) supostamente usadas para lavar dinheiro. Uma delas está localizada no Amapá. Por isso, a Justiça já decretou bloqueio dessas empresas, outras propriedades, contas bancárias e a produção das áreas agrícolas. Entre as propriedades bloqueadas está a fazenda da família de Bibinho em São João D'Aliança, no interior de Goiás.

A investigação mapeou, em órgãos como a Receita Federal e Estadual, bens e empresas que estavam em nomes de pessoas próximas ao ex-diretor. Cartórios e juntas comerciais, além de movimentações bancárias, também teriam mostrado ramificações do esquema. Por exemplo: Bibinho já havia feito um aporte de capital de R\$ 2,9 milhões e de R\$ 4,4 milhões em favor de duas empresas em nome dos filhos.

**CONTINUA**

29 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Diários Secretos**

A Operação Argonauta é um desdobramento da série de reportagens Diários Secretos, produzida pela **Gazeta do Povo** e pela RPC TV e divulgada em 2010. Foram analisadas 724 edições do Diário Oficial da Assembleia Legislativa publicadas entre 1998 e 2009. O levantamento durou dois anos e desvendou um esquema criminoso de desvio de dinheiro que, segundo estimativas do Ministério Público Estadual, ultrapassa R\$ 200 milhões. Os recursos, como mostrou a investigação, eram desviados por meio da contratação de servidores fantasmas ou laranjas — muitos dos quais parentes dos envolvidos. Foram identificados ao menos 97 funcionários fantasmas e os salários somariam R\$ 216 milhões — valor que o Ministério Público tenta reaver.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 29 NOV 2014

PARA PULAR O CERCO

CONTINUAÇÃO

Com contas bancárias e bens bloqueados pela Justiça – para garantir a devolução dos recursos que teriam sido desviados da Assembleia –, Abib Miguel, conhecido como Bibinho, teria montado uma rede de empresas em nome de outras pessoas para continuar movimentando dinheiro.



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

**“Identificamos que ele, durante um período recente, costumava fazer essas operações no aeroporto de Brasília. Ele vinha, pegava o dinheiro e voltava no mesmo dia.”**

Denilson Soares de Almeida, promotor do Gaeco em Curitiba.

## DETIDO PELA 5ª VEZ

A prisão de ontem foi a quinta na vida de Bibinho. A primeira ocorreu em abril de 2010. A segunda restrição de liberdade foi em junho. Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que ele deveria voltar para a prisão, onde ficou até dezembro de 2010. Em março de 2012, foi novamente preso, acusado de atrapalhar o andamento dos processos judiciais. Apesar ter sido condenado em ações judiciais, ele respondia aos recursos de processos em liberdade.

## O QUE É UM ARGONAUTA?

O nome da operação faz referência aos tripulantes do navio “argo”, da mitologia grega, que buscavam o velocino de ouro, capaz de curar qualquer doença ou até ressuscitar os mortos.

## ACIDENTE

Um dos detidos pelo Gaeco, o empresário Eduardo Miguel Abib, filho de Bibinho, responde a processo por um acidente de trânsito em que morreram quatro pessoas, em dezembro de 2009, em Curitiba. Segundo a investigação policial, Eduardo Abib dirigia em alta velocidade e com sinais de embriaguez quando teria furado um sinal vermelho e bateu sua caminhonete em um carro no cruzamento da rua Francisco Rocha com a Avenida Batel. Apenas um ocupante do veículo sobreviveu. Ele responde processo por homicídio simples e lesão corporal.

CONTINUA

29 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Abib Miguel ainda recebe salário da Assembleia

Mesmo condenado pela Justiça de primeira instância, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, que é funcionário aposentado da Casa, continua na folha de pagamento.

Em outubro, o salário bruto pago a Abib Miguel foi de R\$ 33,7 mil. Como ninguém pode ganhar mais do que um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o salário do ex-diretor-geral sofre um reductor constitucional e, após os descontos legais, fica em R\$ 20,6 mil.

### Demissões

Na mesma situação de Bibinho e ganhando os mesmos valores está o ex-diretor administrativo da Assembleia José Ary Nassiff. Também condenado, o ex-diretor de pessoal Cláudio Marques da Silva continua lotado na diretoria e tem salário líquido de R\$ 8,3 mil. Como são servidores estáveis, eles só podem ser demitidos após o trânsito em julgado do processo.

## ENTENDA O CASO

Relembre os principais fatos do escândalo dos Diários Secretos:

### 2010

**Março** - **Gazeta do Povo** e RPC TV começam a divulgar a série de reportagens Diários Secretos, que revelou um esquema de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná por meio da contratação de funcionários fantasmas e laranjas. Segundo estimativas do MP, foram desviados pelo menos R\$ 200 milhões. O então diretor-geral da Casa Abib Miguel, o Bibinho, é acusado de ser o chefe do esquema.

**Abril** - Operação do MP prende dez pessoas por envolvimento no caso. Entre elas, Bibinho, José Ary Nassiff (diretor administrativo da Assembleia) e Cláudio Marques (diretor de pessoal).

**Maio** - Outras nove pessoas são presas. Os promotores também cumprem mandados de busca e apreensão na Assembleia.

**Junho** - Bibinho e os outros dois ex-diretores da Assembleia deixam a prisão após liminar do STF.

**Agosto** - O STF anula a decisão que colocou Bibinho, Nassiff e Marques da Silva em liberdade. Bibinho volta a ser preso.

**Dezembro** - Bibinho deixa a prisão, beneficiado por nova decisão do STF.

### 2011

**Agosto** - Os advogados de Bibinho conseguem suspender na Justiça duas ações criminais contra o ex-diretor da Assembleia. A alegação é de que Bibinho sofria de distúrbios psiquiátricos.

**Novembro** - Perícia médica mostra que Bibinho apresenta quadro depressivo, mas que tem condições de comparecer às audiências judiciais.

### 2012

**Março** - Bibinho é preso novamente, sob a acusação de atrapalhar o processo judicial.

**Maio** - Bibinho é solto.

**Agosto** - A Justiça condena a prisão o ex-funcionário da Assembleia Daor Afonso Marins de Oliveira e oito parentes dele, também ex-funcionários da Casa.

### 2013

**Agosto** - Os ex-diretores da Assembleia José Ary Nassiff e Cláudio Marques da Silva são condenados pela Justiça.

### 2014

**Janeiro** - Bibinho é condenado a prisão.

**Novembro** - Bibinho, dois filhos e outras duas pessoas são presos.

CONTINUA

29 NOV 2014

GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO

# Depoimentos dos presos começam na segunda-feira

Gaeco vai usar os próximos dias para organizar o material que foi apreendido, inclusive na casa de Bibinho

*Diego Ribeiro e Katia Brembatti*

Os cinco presos na Operação Argonauta começarão ser ouvidos apenas na segunda-feira. O ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, e Edivan Bataglin permanecerão detidos em Brasília. Como não há carceragem na Delegacia Especializada de Crime Organizado do Distrito Federal, Bibinho e Edivan podem ter sido levados para a Penitenciária da Papuda. Mas a reportagem não conseguiu confirmar essa informação.

O trabalho do Gaeco ficará focado, nos próximos dias, em organizar o material que foi apreendido. Entre os papéis encontrados na operação estão escrituras de propriedades e documentos que ligam os suspeitos às empresas investigadas na operação.

A operação começou na manhã de ontem. Em Curitiba, a movimentação dos veículos próximos da residência de Bibinho chamou atenção da vizinhança do bairro Seminário, onde ele reside.

Eurolino dos Reis, advogado da família de Bibinho, acompanhou o cumprimento dos mandados de busca e apreensão no local. À Gazeta do Povo, ele disse que não iria se manifestar sobre o caso.

## Citados

Luciana de Lara Abib, filha de Bibinho, é suspeita de atuar na administração de bens adquiridos com recursos da Assembleia por meio da empresa Cerrado Participações. O MP também registrou dinheiro suspeito depositado em nome dela durante as investigações. Já Edivan Bataglin tem sido fundamental, segundo o MP, para Bibinho manter em funcionamento a produção agrícola na fazenda em Goiás. Ele seria o homem que transformaria recurso desviado em "limpo", concluindo o esquema de desvios.

29 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO

COMPREI NO  
BLACK FRIDAY



29 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

## Defensores aguardam nomeação

CURITIBA

*Joana Neitsch*

! Duas semanas depois do prazo para a nomeação dos aprovados no concurso para servidores da Defensoria Pública do Paraná, cerca de 400 aprovados ainda aguardam serem chamados. O prazo final era 14 de novembro. Desde o dia 12, constam no site do Tribunal de Justiça do Paraná dez mandados de segurança impetrados contra a defensora pública-geral e o governador do estado.

Em um dos mandados foram feitos dois pedidos de liminar. O primeiro, que pedia a nomeação até 14 de novembro, foi indeferido. O outro, na mesma petição, pedia que o juiz determinasse que os aprovados fossem nomeados liminarmente, sob pena de multa diária. O pedido ainda está sendo analisado. "Todos estão otimistas porque a nomeação é um direito líquido e certo. Mas também estão desgastados", disse o presidente da Associação dos Funcionários da Defensoria Pública do Estado do Paraná, Renato de Almeida Freitas,

## Fiscais acham trabalho escravo para Lojas Renner

● Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontraram trabalhadores em condições análogas a de escravos em uma oficina da linha de produção de roupas das Lojas Renner. Foram resgatados 37 trabalhadores bolivianos em condições subhumanas na oficina localizada em São Paulo. As Lojas Renner receberam 30 autuações no valor aproximado de R\$ 2 milhões. As informações são da Agência Brasil.

Segundo o MTE, foram verificadas condições degradantes de alojamento, jornada de trabalho exaustiva de 16 horas, retenção e descontos indevidos de salários, servidão por dívida, utilização de violência psicológica, verbal e física, e manipulação de documentos contábeis trabalhistas sob fraude.

“As condições de trabalho dessa oficina são muito graves, chocantes. Botar a Renner na lista suja [de trabalho escravo] do ministério é pouco”, disse Luiz Antônio de Medeiros Neto, procurador do Trabalho em São Paulo.

## NOTA POLÍTICA

### Afastado

O Tribunal de Justiça de Goiás indeferiu ontem o pedido de retorno do ex-senador Demóstenes Torres, acusado de usar o mandato para defender interesses do empresário Carlinhos Cachoeira, às atividades de procurador de Justiça do estado. A decisão que determinou o afastamento no Ministério Público de Goiás foi mantida. No pedido, o ex-senador afirma que, pelo fato de ter conseguido a suspensão da ação penal no Superior Tribunal de Justiça, também estaria suspensa a medida que o afastou do cargo de procurador.

## MPF denuncia irmão de ministro do STF

SÃO PAULO  
Folhapress

● O Ministério Público Federal (MPF) denunciou na quarta-feira, por suposto uso indevido de recursos públicos, os ex-prefeitos de Marília (SP) Mário Bulgarelli (PDT) e José Ticiano Dias Toffoli (PT), irmão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Superior Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli.

De acordo com a denúncia, entre 2009 e 2012 eles desviaram R\$ 57 milhões que deveriam ter sido aplicados em saúde e educação. Os recursos do Fundo Municipal de Saúde e de contas vinculadas a atividades escolares foram utilizados para a folha de pagamento da prefeitura e outros gastos.

Segundo o Ministério Público Federal, o irmão do ministro, que assumiu o cargo de prefeito por dez meses em 2012, movimentou irregularmente R\$ 28,8 milhões. Bulgarelli, que administrou Marília entre 2005 e 2012, teria desviado R\$ 28,2 milhões.

Em depoimento, de acordo com a denúncia, o irmão do ministro disse que “tinha consciência da irregularidade” e afirmou que deu continuidade à movimentação porque a prefeitura apresentava déficit financeiro de cerca de R\$ 8 milhões, o que “estava inviabilizando o andamento da máquina”.

“Ele [Toffoli] disse que era uma prática usada pelo prefeito anterior e que, para manter o caixa do município, teve de fazer isso também”, disse o procurador Jefferson Aparecido Dias. Três ex-secretários também foram denunciados. O promotor pediu a condenação de todos por crime de responsabilidade, com pena de três meses a três anos, e solicitou que reparem os danos no valor de R\$ 33,2 milhões.

O advogado de José Ticiano, Samuel Castanheira, disse que não foi notificado. Os demais denunciados não foram localizados.

## R\$ 57 MILHÕES

foi quanto os dois ex-prefeitos de Marília (SP), Mário Bulgarelli e José Ticiano Dias Toffoli, teriam usado indevidamente. Irmão do ministro do STF Dias Toffoli, Ticiano teria movimentado R\$ 28,8 milhões.

## COLUNA DO LEITOR

### TRF

Esse pessoal que fez um ato para pedir a implantação dos novos TRFs (*Gazeta*, 24/11) parece que tem vários parafusos frouxos. Eles já sabem o quanto isso implicará de gastos ao estado e ao país? Não é hora de dívidas. O nosso estado já está quebrado há muito tempo e agora mais essa. A oportunidade foi perdida há cinco anos. Agora não é hora de mais ganância.

Hermes Carlos Bollmann

## Irmão de ex-ministro deixa a carceragem da Polícia Federal

CURITIBA

Kelli Kadanus e Katna Baran

Suspeito de ser um dos subordinados do doleiro Alberto Youssef no esquema investigado pela Operação Lava Jato, Adarico Negromonte Filho deixou ontem à noite a carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba. Último dos suspeitos a se entregar nesta fase da operação, ele estava preso desde segunda-feira. O juiz federal Sérgio Moro negou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de prorrogação da prisão do suspeito e, com o fim do prazo da prisão temporária, determinou a soltura de Adarico, que é irmão do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte.

Adarico deixou a carceragem acompanhado do filho e não quis falar com a imprensa. Segundo suas advogadas, ele seguiu para casa. "A decisão [de Moro] considerou a presunção de inocência do meu cliente. Entendemos que ele colaborou com o interrogatório, tanto que não foi novamente questionado pelos policiais", declarou Joyce Roysen, advogada do suspeito. Em seu despacho, Moro afirma que "muito embora haja prova, em cognição sumária, de que Adarico Negromonte Filho teria participado do grupo criminoso dirigido por Alberto Youssef dedicado à lavagem de dinheiro e ao pagamento de propina a agentes públicos, forçoso reconhecer que o papel era de caráter subordinado, encarregando-se

de transportar e distribuir dinheiro aos beneficiários dos pagamentos".

Apesar de ser posto em liberdade, Negromonte terá que obdecer a uma série de medidas cautelares, como a proibição de deixar o país e de mudar de endereço sem autorização judicial, obrigação de entregar o passaporte no prazo de cinco dias e de comparecer a todos os atos do processo, tanto na investigação como na eventual ação penal.

Com a saída de Negromonte da prisão, 13 presos da sétima fase da Operação Lava Jato continuam na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba.

## Juiz pede que ministro seja investigado

A Justiça Federal em Mato Grosso pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que investigue o ministro da Agricultura, Neri Geller (PMDB), por suposto envolvimento em esquema de grilagem de terras da União destinadas à reforma agrária. Conforme as investigações da Operação Terra Prometida, Neri e dois de seus irmãos, que estão presos desde quinta-feira em Cuiabá, integram o chamado "Grupo Geller", que possuiria mais de 15 lotes no assentamento Itanhangá/Tapurah obtidos de forma irregular. Esses terrenos estariam sendo ocupados e revendidos pelos envolvidos.

Os irmãos de Neri se entregaram à Polícia Federal em Cuiabá na noite de quinta-feira. Segundo o delegado Hércules Ferreira, os produtores rurais Odair e Milton Geller fizeram exame de corpo de delito e já estão presos no centro de custódia.

29 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

## Doleiro é suspeito de extração ilegal de diamantes

SÃO PAULO

Agência O Globo

O doleiro Carlos Habib Chater, um dos investigados na Operação Lava Jato, é suspeito de participar da extração ilegal de diamantes nas terras dos índios cinta-larga, entre Mato Grosso e Rondônia, e de movimentar recursos da venda ilegal de gemas no exterior. A Polícia Federal encontrou na agenda de Chater uma anotação com o nome de Raimundo Cinta Larga e o número de uma conta em Cacoal (RO), onde o indígena mora.

Raimundo é filho do cacique João Bravo Cinta Larga, visto como empreendedor por ter feito uma hidrelétrica de pequeno porte no Rio Roosevelt. Nos dados extraídos do programa Money — que serve para gerenciar finanças pessoais mas, segundo a PF, também é usado para controle paralelo de contabilidade

### Fernando Baiano tem habeas corpus negado pela Justiça

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou ontem mais um pedido de habeas corpus feito pela defesa de Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano. Ele é acusado de atuar como lobista do PMDB e está preso na carceragem da Polícia Federal (PF) desde o dia 18 de novembro. No dia 21, a Justiça converteu a prisão temporária de Baiano

de empresas —, o nome “Raimundinho” aparece como destinatário de oito remessas de dinheiro em 2013, num total de R\$ 21.450,00.

No início da operação, a PF colheu indícios de que Chater teria se unido a Francisco Angelo da Silva e Júlio Luís Urnau para atuar na extração de diamantes, por meio da Cooperativa Extrativista Cinta Larga de Rondônia (Coopecilar). Raimundo Cinta Larga é presidente da Coopecilar. Nas movimentações financeiras de Chater, constam despesas de viagem a Cacoal de uma pessoa identificada como “Júlio”.

## DEPOIMENTOS

Os quatro réus na ação penal referente às atividades do núcleo do doleiro Carlos Habib Chater na Lava Jato foram ouvidos ontem. O depoimentos começaram às 14 horas na sede da Justiça Federal, em Curitiba, e duraram cerca de cinco horas. A ação tem como acusados o doleiro Carlos Habib Chater, André Catão de Miranda, André Luis Paula dos Santos e Ediel Viana dos Santos. Os advogados não falaram com a imprensa.

em prisão preventiva. Esse é o segundo pedido de liberdade feito pela defesa do lobista negado pelo TRF4.

De acordo com a decisão do desembargador federal João Pedro Gebran Neto, “é possível e aconselhável o encarceramento cautelar, diante dos riscos à ordem pública, à investigação e instrução e à aplicação da lei penal”.

A suspeita é de que Baiano atuava como um dos operadores do esquema de corrupção na Petrobras. Ele seria responsável por recolher propina para a Diretoria Internacional.

### Planilha mapeia negócios de Youssef entre 2009 e 2012

Uma planilha com informações sobre cerca de 750 contratos envolvendo grandes empreiteiras do país e órgãos públicos, em especial a Petrobras, encontrada com Alberto Youssef, é para a força-tarefa da Operação Lava Jato o mapa dos negócios em que o doleiro atuou entre 2009 e 2012. O documento tem servido para os investigadores chegarem a outras empresas, setores da administração e pessoas que podem ter pago propina. Chega a R\$ 11 bilhões o valor global dos contratos que ele teria intermediado. “O esquema criminoso vai muito além das obras contratadas pela Petrobras”, afirma a Polícia Federal no relatório da Operação Juízo Final, sétima etapa da Operação Lava Jato.

### Procuradores trazem da Suíça documentos sobre contas de Costa

Procuradores brasileiros embarcaram ontem de Lausanne, na Suíça, com destino ao Brasil. Ele foram coletar documentos e dados sobre as contas do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. A delegação pensa em voltar a Lausanne em janeiro de 2015. “Provavelmente a cooperação vai exigir que nós retornemos para cá continuar analisando os documentos”, disse. “Não houve tempo de analisar tudo. A investigação deles é grande, estão aprofundando bastante. Provavelmente eles vão ao Brasil também para tomar conhecimento maior daquilo que a gente já tem lá”, afirmou o procurador Del-tan Dallagnol.

3 0 NOV 2014

## GAZETA DO POVO

» ACESSO À JUSTIÇA

# Fóruns descentralizados podem aumentar

Atualmente, há três unidades do Judiciário espalhadas por Curitiba que atendem diversas competências

| Taiana Bubniak

Existem três fóruns descentralizados em Curitiba. As unidades judiciais — em Santa Felicidade, Pinheirinho e Cidade Industrial — atendem 21 bairros e funcionam como fóruns de pequenas cidades, onde diversas varas funcionam no mesmo local. A intenção desse tipo de espaço é aproximar a população do serviço judiciário, que anteriormente ficava concentrado em bairros da região central da cidade.

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) não confirma, mas é possível que essa tendência se propague em grandes cidades. Em São Paulo, por exemplo, todas

as áreas do Judiciário têm espaços de atendimento nas diversas regionais da capital: são os fóruns regionais.

### Experiência positiva

O primeiro fórum regional, de Santa Felicidade, foi implantado há dois anos. A juíza diretora da unidade, Adriana de Lourdes Simette, explica que, desde então, cresce o número de processos, mostrando que havia uma demanda reprimida. “Quando paramos para ver as estatísticas, vemos que ainda cresce o número de novos casos, ou seja, havia pendências e necessidade da oferta desse serviço.”

Cada fórum descentralizado atende um número restrito de bairros e a residência do jurisdicionado é determinante para os trâmites. “Teve de ser feita essa restrição para que fizesse sentido a questão da localidade e do atendimento com especificidade voltada para a região”, comenta a juíza. Ela, que está no Fórum de Santa Felicidade desde a inauguração do serviço, diz que a principal diferença

nesse tipo de atendimento é a proximidade com a população do entorno. “Como atendemos bairros específicos, conhecemos as necessidades de cada região, do ponto de vista jurídico”, afirma. Em Santa Felicidade, por exemplo, a maior procura dos usuários é pelos serviços da vara cível.

### Públicos

São dois tipos de fluxos diferentes de pessoas que procuram os fóruns descentralizados. Há quem nunca tenha ido a uma unidade do Judiciário antes de conhecer o fórum regional. “Temos autores de ações que não sabiam onde ficava o fórum, não sabiam onde procurar. Há também gente que migrou, que já tinha o hábito de buscar o Judiciário por necessidade ou para fazer valer algum direito”, comenta a juíza Adriana.

Os três fóruns descentralizados que existem atualmente ficam na região oeste de Curitiba e a estimativa é de que, ao todo, atendam cerca de 500 mil pessoas dos 21 bairros que abrangem.

CONTINUA

30 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## TRÊS OPÇÕES

Em três bairros da cidade há o serviço de fórum descentralizado, que aproxima o cidadão do judiciário.

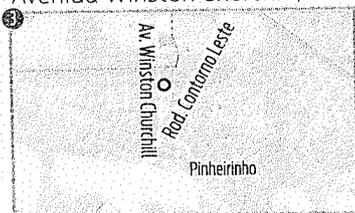
**Santa Felicidade**  
Via Vêneto, 1490



**Cidade Industrial**  
Rua Lodovico Kaminski, 2525



**Pinheirinho**  
Avenida Winston Churchill, 2471



Fonte: TJ-PR. Infografia: Gazeta do Povo.



## CONSEQUÊNCIA

### Judiciário mais perto leva a crescimento no número de processos

A presença de fóruns nos bairros pode fazer com que questões que antes não iriam para uma disputa judicial passem a ser oficializadas. Embora, em princípio, isso indique um maior volume de processos, por outro lado a tendência é que essas questões sejam mais fáceis de resolver. "Com o Judiciário por perto, um desentendimento entre vizinhos pode ser resolvido quando ainda for uma questão inicial, antes de evoluir para uma questão mais séria", afirma Adriana de Lourdes Simette, juíza diretora do Fórum Descentralizado de Santa Felicidade. Ela argumenta também que não se pode negar o acesso a esse serviço e o deslocamento até as áreas centrais de Curitiba (Centro Cívico, Alto da Glória e Água Verde, que reúnem os maiores fóruns) nem sempre pode ser feito. Para tentar evitar processos, os fóruns contam com centros de mediação, que orientam as partes envolvidas e oferecem apoio. Apesar desse aumento de demandas, a finalidade dos fóruns regionais é estar perto de onde as pessoas residem. "Por causa da distância, existe uma litigiosidade contida, porque a pessoa não se desloca do Tatuquara até o centro de Curitiba e acaba abrindo mão dos seus direitos", comenta o juiz Helder Taguchi. (TB)

## SERVIÇOS

Veja quais são as competências de cada fórum nos bairros:

**Santa Felicidade:** julga causas relativas aos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Fazenda Pública, Família, Infância e Juventude (voltada às crianças e adolescentes em situação de risco).

**Pinheirinho:** presta atendimento gratuito por meio dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública e das Varas da Família, Sucessões, Infância e Juventude.

**CIC:** serviços nas áreas de Família, Infância e Juventude e Juizados Especiais.

Fonte: TJ-PR.

30 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

## Prática do “aborto pós-nascimento” ganha defensores no meio acadêmico

Eufemismo para homicídio de crianças preocupa defensores da infância e da ética médica, que também temem o apoio à eugenia

Jônatas Dias Lima

A ideia de matar recém-nascidos tende a causar repulsa em qualquer sociedade civilizada, mas a crescente aceitação acadêmica do chamado “aborto pós-nascimento” mobiliza entidades pró-vida e defensores dos direitos da infância para o risco de uma relativização radical do direito à vida. Motivados pela tese de que uma pessoa só pode ser considerada como tal quando tem consciência de si, os entusiastas dessa visão consideram o homicídio infantil legítimo e fazem seguidores.

Embora a base conceitual para esse pensamento venha de autores do século 20, as tentativas mais recentes de legitimar a eliminação de bebês ganharam divulgação internacional em 2012, quando a dupla de filósofos italianos Alberto Giublini e Francesca Minerva, docentes

da Universidade de Melbourne, Austrália, publicaram o artigo “After-birth abortion: why should the baby live?” (em português, “Aborto pós-nascimento: por que o bebê deveria viver?”), no *Journal of Medical Ethics*, um reconhecido periódico científico na área da Bioética. Os pesquisadores partem do princípio de que não há diferenças relevantes entre o feto e o recém-nascido. Portanto, se há aceitação do abortô, não faz sentido criminalizar a eliminação de um bebê, apenas por este ter deixado o útero materno.

Uma das justificativas seriam as estatísticas de diagnósticos de síndrome de Down. Os pesquisadores lembram que apenas 64% dos casos registrados na Europa são detectados em exames pré-natais, o que resulta no nascimento de centenas de bebês portadores da síndrome. Segundo a lógica da dupla, se o problema fosse detectado com a criança ainda no útero, o aborto comum seria uma opção, mas nos casos em que isso não é possível, os pais deveriam ter o direito de matar a criança logo após o parto.

Giublini e Minerva, no entanto, deixam claro que não

apoiam o infanticídio apenas do que chamam de pessoas “sem potencial de vida saudável”. Para eles, o direito de decidir sobre a vida de uma criança que ainda não tem consciência de si caberia exclusivamente aos pais e aos médicos.

Um levantamento feito em outubro em universidades americanas dos estados de Minnesota, Flórida e Ohio, mostrou haver em todas as cidades estudantes que concordam com o aborto pós-nascimento.

“Eles justificam sua posição dizendo que alguém só é plenamente humano quando se torna consciente sobre si mesmo, o que só ocorre por volta dos 4 anos”, relata a uma publicação local Kristina Garza, dirigente de uma das ONGs responsáveis pelo levantamento.

Embora preocupante, o resultado não aponta necessariamente uma tendência de apoio popular à ideia. Uma pesquisa feita em 40 países em abril deste ano, pelo Pew Research Center, mostrou forte rejeição ao aborto, em qualquer etapa.

**CONTINUA**

## HÉLIO ANGOTTI NETO

Jonatas Dias Lima

### ENTREVISTA

HÉLIO ANGOTTI NETO, doutor em Ciências Médicas pela USP

#### “Trata-se de assassinato de crianças”

### Estudo foi motivo de repúdio

As reações ao estudo de Giublini e Minerva foram intensas. Artigos criticando e rebatendo o texto foram publicados em jornais da Europa e dos Estados Unidos, e houve centenas de manifestações na internet, o que levou os autores a publicarem um pedido de desculpas. Eles lamentaram que o debate tenha saído dos círculos acadêmicos e afirmaram que não estavam propondo políticas públicas, mas fazendo apenas “um exercício de pura lógica”.

Cerca de um ano depois, em maio de 2013, o mesmo periódico publicou uma coletânea com 31 comentários de eticistas de todo o mundo sobre o infanticídio. Alguns deles voltaram a defender a prática como um ato aceitável. O próprio editor da revista, Julian Savulescu, assume seu lado no debate e abre a edição vinculando o assunto a outro tema controverso da bioética. Para ele, a discussão sobre a moralidade do infanticídio “é importante e digna de atenção acadêmica, porque toca em uma área de preocupação que algumas sociedades tiveram a coragem de enfrentar honesta e abertamente: a eutanásia”. (JDL)

O professor Hélio Angotti Neto, doutor em Ciências Médicas pela USP e autor do livro “A morte da medicina”, sobre desvios éticos contemporâneos na área médica, liderou um grupo de pesquisadores na produção de artigo que rebate os argumentos levantados pelos defensores do aborto pós-nascimento. As conclusões do grupo de Angotti Neto foram recentemente publicadas na Revista Bioética, periódico científico do Conselho Federal de Medicina (CFM). O professor concedeu entrevista por e-mail à Gazeta do Povo:

#### Por que o aborto pós-nascimento não é moralmente aceitável?

O aborto pós-nascimento é um eufemismo para o homicídio infantil institucionalizado. Liberar tal atrocidade e destinar o médico a realizar tais procedimentos é abrir mão da medicina como profissão defensora da vida e da dignidade do ser humano. Seria uma tragédia civilizacional causada por uma virada de valores. Mesmo do ponto de vista jurídico, o ato seria criminoso por princípio, considerando o Pacto de São José da Costa Rica, que tem força constitucional no Brasil, e que define o ser humano, desde sua concepção, como pessoa e digno de direitos.

**Apesar da polêmica recente, há quem diga que a ideia não é nova e que médicos de outras épocas aderiram a ela.**

De fato, a medicina já se permitiu não defender a vida e a dignidade do ser humano, e tragédias horrosas acometeram povos inteiros. O exemplo da medicina nazista, que fez experimentos cruéis em judeus, e da medicina soviética, prendendo inimigos do Estado em hospícios sob acusação de loucura, parecem ter ficado no passado, mas são um aviso do perigo que nos ronda.

#### Quais as consequências que a aprovação acadêmica dessa prática pode trazer à sociedade?

A desvalorização da vida dos fetos levou à desvalorização da vida dos bebês, e levará talvez à desvalorização da vida de adultos com demência, ou quem sabe, de grupos socialmente indesejáveis. É o que chamamos de argumento da ladeira escorregadia. Dá-se um passo e há o risco de se escorregar muito além do que se desejava avançar. Há quem critique esse argumento, mas as piores atrocidades começaram com simples ideias e atos pouco perigosos.

30 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

» LAVAGEM DE DINHEIRO

## Revelações de braço direito levaram à prisão de Bibinho

Diego Ribeiro e Katia Brembatti

O depoimento de duas testemunhas desencadeou a Operação Argonauta — ação realizada na última sexta-feira pelo Ministério Público (MP) e que resultou em nova prisão de Abib Miguel, o Bibinho, ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná. As informações repassadas por Douglas Bastos Pequeno, ex-contador de Bibinho, e de um segundo homem, que não teve o nome revelado, foram fundamentais para o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP, deflagrar a investigação.

Bibinho foi preso na sexta-feira quando recebia cerca de R\$ 70 mil em uma mala de Edivan Bataglin, homem considerado peça-chave em um suposto esquema de lavagem de dinheiro feito com recursos desviados da Assembleia. Além deles, foram presos dois filhos de Bibinho — Luciana Lara Abib e Eduardo Miguel Abib — e o irmão de Edivan, Sandro Bataglin.

Douglas Bastos Pequeno foi “homem de confiança” de Bibinho e depôs em 2010, ano em que a *Gazeta do Povo* e a RPC TV divulgaram a série de reportagens *Diários Secretos*. À época, o ex-contador decidiu colaborar com as investigações — na tentativa de aliviar as penas para parentes que foram envolvidos no escândalo de funcionários fantasmas. Bastos Pequeno detalhou o esquema de lavagem de dinheiro usado pela quadrilha.

OMP acabou chegando às empresas supostamente usadas por Bibinho para “limpar” o dinheiro desviado da Assembleia Legislativa do Paraná. Bastos Pequeno confirmou que grande parte dos recursos desviados era aplicado em cultivo de soja por Bibinho. Entre as empresas citadas por ele estava a Cerrado Participação e Administração Ltda, formalmente constituída nos nomes dos filhos. Bibinho chegou a ser proprietário da empresa, mas doou suas cotas aos filhos. Meses depois, uma das filhas assinou uma confissão de dívida, colocando o pai como credor. Era a justificativa para que Abib Miguel pudesse explicar recebimento de valores da empresa.

### Outra testemunha

Uma testemunha ainda mantida sob sigilo também revelou parte do esquema desvendado na Operação Argonauta. Ele chegou no Gaeco há pouco mais de dois anos, onde foi recebido por um promotor e iniciou uma série de depoimentos que colocavam Bibinho em situação ainda mais delicada. Essa testemunha foi quem revelou as entregas periódicas feitas por Edivan Bataglin, também preso em Brasília, na sexta-feira.

## ESQUEMA

Segundo o Ministério Público Estadual, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa supostamente usava cinco empresas para lavar milhões de recursos desviados do estado do Paraná. Por isso, a Justiça decretou sequestro dessas empresas, outras propriedades, contas bancárias e produção das propriedades agrícolas da família.

Os depoimentos e a consolidação da investigação da Operação Argonauta acabaram mostrando que uma das filhas de Bibinho, Isabel Stein Miguel, que foi conduzida pela polícia para esclarecimentos na sexta-feira, é apenas usada para formalidades das empresas, sem participar de forma ativa no suposto esquema.

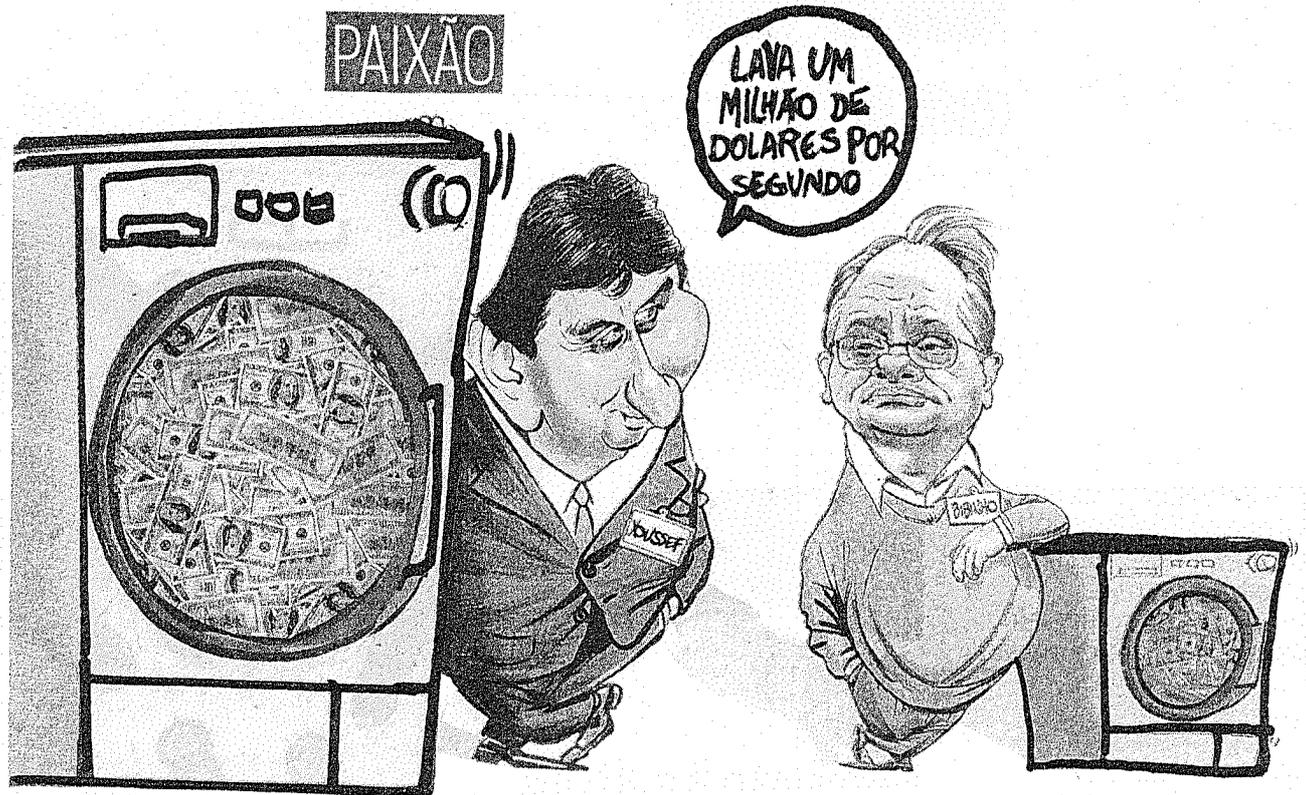
## CELSO NASCIMENTO

### E os outros?

Tudo bem que Abib Miguel, o Bibinho, ex-diretor-geral da Assembleia, tenha sido preso de novo, desta vez no aeroporto de Brasília, portando uma mala com R\$ 70 mil vivos. Não foi sua primeira prisão. Estava solto, mas respondendo a ações que o acusam de ser mentor do desvio de R\$ 200 milhões dos cofres públicos. O fato levanta perguntas. Ele ocupou o mesmo cargo por quase duas décadas e serviu, durante o período, a vários presidentes e outros altos dirigentes da Casa. Nenhum desses deputados sabia? E, se sabiam, com que rapidez e rigor o Judiciário trata dos processos que lhes dizem respeito?

30 NOV 2014

# GAZETA DO POVO



30 NOV 2014

## GAZETA DO POVO

### CRÍTICA

#### **Presidente do STF diz que situação da justiça é "assustadora"**

▮ O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, criticou o que considera ser um excesso de litigiosidade no Brasil e disse que isso acarreta uma taxa de congestionamento de 70,5% nos processos. Para ele, a situação é "assustadora". "São milhões de conflitos, milhões de litígios que aportam no Judiciário e demandam uma solução", afirmou.

30 NOV 2014

# GAZETA DO POVO

## Mensaleiro estaria ligado a doleiro preso

SÃO PAULO  
Agência O Globo

Ediel Viana da Silva, braço-direito do doleiro Carlos Habib Chater, disse à Justiça Federal do Paraná que o ex-deputado federal Pedro Corrêa era um dos que pegavam dinheiro no Posto da Torre, em Brasília, de propriedade dele. O ex-parlamentar, que presidiu o diretório nacional do PP, é o segundo mensaleiro da legenda flagrado pela Operação Lava Jato. O primeiro foi o paranaense José Janene, já falecido, apontado como idealizador do esquema operado por Alberto Youssef.

Chater movimentava 375 "contas" para repasse de dinheiro por meio de contabilidade paralela do Posto da Torre. Segundo Ediel, que ocupou a gerência do posto desde 2003, eram poucos os políticos que iam ao local pegar dinheiro. Em geral, mandavam assessores. O posto, disse ele, movimentava R\$ 50 milhões por ano. A atividade ilegal, porém, fazia com que a contabilidade do estabelecimento se tornasse caótica.

Na Justiça, Chater negou

que tenha repassado dinheiro a políticos ou atuado como doleiro. Disse que os depósitos dos doleiros na conta do Posto da Torre eram empréstimos que fazia para capital de giro. Youssef, porém, confirmou que fazia remessas de propina, oriunda da Petrobras, para que Chater fizesse a entrega em dinheiro vivo.

No depoimento anterior, Ediel afirmara que João Claudio Genu, ex-assessor do PP, e Pedro Corrêa iam ao posto. Sobre Corrêa, disse que ele havia estado algumas vezes com Chater e que depois "saíram valores".

Também à Justiça Federal, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa disse que 1% dos contratos da Diretoria de Abastecimento ia para o PP.

Corrêa não foi localizado pela reportagem.

## GASPARI

### Agonia

Pelo andar da carruagem, o ministro Teori Zavascki só começará a tocar a lista dos congressistas enrolados nas roubalheiras da Petrobras em fevereiro, quando a nova legislatura estiver instalada. Há dois sinais nesse sentido. Um, jurídico, baseia-se no fato de que muitos dos parlamentares não se reelegeram ou não disputaram a eleição. O foro especial do julgamento no Supremo Tribunal Federal só se aplica a deputados ou senadores no exercício do mandato. O segundo é prosaico. O ministro Teori Zavascki, que está cuidando do caso, fez uma viagem cerimonial à Argélia. Se a bomba estivesse para explodir, ele não teria tal tempo livre.

## YOUSSEF

### STF pode homologar nesta semana 150 horas de delação

Para esta semana, a expectativa é de novos desmembramentos da operação Lava Jato. O evento mais esperado é a possível homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da delação premiada do doleiro Alberto Youssef. Os depoimentos dele, que somariam 150 horas, foram finalizados na última quarta-feira na Polícia Federal. A defesa do doleiro espera que ele consiga ir para regime aberto depois de homologada a delação. A expectativa é que a colaboração revele nomes de políticos envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras, mas ainda não se sabe se o conteúdo da delação será aberto. É provável que a homologação siga o mesmo rito da delação do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, cujo conteúdo ainda não foi divulgado oficialmente. Com os indícios levantados, podem ser deflagradas novas fases da operação ainda neste ano. Também nesta semana, os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) devem analisar documentos obtidos na Suíça. Até agora, o governo suíço autorizou a repatriação de US\$ 26 milhões que estavam nas contas mantidas por Paulo Roberto no país, mas a quantia total a ser repatriada deve ser bem maior. (KB)

01 DEZ 2014

## GAZETA DO POVO

### **Bibinho deve depor a partir de hoje ao MP**

*Diego Ribeiro e Katia Brembatti*

Os cinco presos na Operação Argonauta devem começar a ser ouvidos a partir de hoje. O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, e Edivan Bataglin permanecerão detidos em Brasília. Considerado pelo Ministério Público (MP) como mentor de um esquema de desvio de recursos na Assembleia, Bibinho foi preso na sexta-feira quando recebia uma mala com R\$ 70 mil no aeroporto de Brasília. Contas bancárias e bens de Bibinho estão bloqueados numa tentativa de assegurar que o dinheiro desviado possa ser devolvido aos cofres públicos.

A Operação Argonauta foi desencadeada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Paraná para mostrar que, mesmo oficialmente afastado de atividades comerciais, Bibinho continuava movimentando recursos e havia montado uma rede de empresas em nome de outras pessoas — mas que, na prática, pertenciam a ele. “O dinheiro apreendido com ele demonstra o que estávamos buscando provar: que ele é o real proprietário”, comenta Leonir Batisti, coordenador-geral do Gaeco. Os promotores devem passar a semana analisando a documentação que foi apreendida na casa de Bibinho. Entre os papéis encontrados estão escrituras de

propriedades e documentos que ligam os suspeitos às empresas investigadas na operação.

Foram presos também dois filhos de Bibinho: Luciana de Lara Abib, 30 anos, em São Paulo, e Eduardo Miguel Abib, 32, em Curitiba. Entre os suspeitos detidos estão Edivan Bataglin, que administra uma fazenda em Goiás que pertenceria ao ex-diretor, e Sandro Bataglin, irmão de Edivan. As prisões temporárias foram determinadas pela 4.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba e têm duração de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. Grampos telefônicos, autorizados pela Justiça, revelaram as negociações do grupo e embasaram os pedidos de prisão feitos pelo MP.

01 DEZ 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **STF - MANDADO DE SEGURANÇA QUESTIONA DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE DETERMINA ENVIO DE DADOS SIGILOSOS**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) o Mandado de Segurança (MS) 33340 contra decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou o envio, pela instituição financeira, de informações sobre operações realizadas com o grupo JBS/Friboi.

O BNDES alega que algumas informações requeridas pelo TCU estão protegidas pelo sigilo bancário, citando o artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal ("são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação").

"Além disso, tal instituto também visa resguardar a credibilidade do sistema financeiro nacional, visto que é de interesse dos bancos atuar com discrição, além de atender ao interesse da sociedade quanto à existência

de um sistema bancário sólido e eficiente. É importante destacar a necessidade de que seja estabelecida uma relação de mútua confiança entre o cliente e a instituição financeira, visto que a essa deverão ser fornecidas diversas informações privadas do tomador, incluindo dados que o candidato ao crédito não tem interesse nem tampouco obrigatoriedade legal de divulgar a terceiros", afirma.

O banco alega ainda que a jurisprudência dos tribunais superiores estabelece que a legitimidade para obter informações protegidas por sigilo bancário deve ser verificada a partir dos agentes legitimados pela Lei Complementar (LC) 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras. Aponta que o STF decidiu, no julgamento do MS 22801, que o TCU não tem o poder para determinar a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central.

### **MP/PR - Superlotação e falta de infraestrutura levam Justiça a interditar cadeia pública**

A Justiça de Imbituva, no Sudeste Paranaense, determinou, nesta quarta-feira (26 de novembro), a interdição, por tempo indeterminado, da cadeia pública local. A decisão foi proferida a partir de ação ajuizada pela Promotoria de Justiça da comarca.

O promotor de Justiça Eduardo Ratto Vieira sustenta que o local, além de estar superlotado, apresenta péssimas condições no que se refere à segurança e aspectos sanitários, além de contar atualmente com um número de detentos que supera em muito a capacidade do estabelecimento. O limite de ocupação é para oito detentos, mas, atualmente, estão recolhidos no ambiente aproximadamente 50 detentos.

Na decisão judicial foi determinada a expedição de ofício ao diretor do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, para que promova a imediata remoção dos presos, bem como ao delegado, para que providencie local adequado para a custódia de novos detentos.

29 NOV 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-diretor da AL é preso em Brasília com R\$ 70 mil

Abib Miguel foi detido pelo  
Gaeco que tenta identificar  
dinheiro desviado do Legislativo  
estadual entre 2000 e 2010

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná Abib Miguel, de 74 anos, conhecido como Bibinho, foi preso ontem no aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, no momento em que recebia cerca de R\$ 70 mil de Edivan Bataglin, administrador de uma de suas propriedades em Goiás. A detenção faz parte da chamada operação "Argonauta", desencadeada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP), com a participação das unidades do Distrito Federal, de Goiás, do Amapá e do Rio Grande do Sul.

Além de Bibinho e Edivan, foram presos dois filhos do ex-diretor: Luciana de Lara Abib, em São Paulo, e Eduardo Miguel Abib, na capital paranaense. Outra pessoa ligada a ele, também responsável por cuidar dos bens da família, Sandro Bataglin, foi detida entre Rebouças e Irati, no interior do Paraná. Todos os suspeitos ti-

nam ordem de prisão temporária expedida pela 4ª Vara Criminal de Curitiba. O Gaeco cumpriu ainda 14 mandados de busca e apreensão e três conduções coercitivas em Macapá e em Caxias do Sul, na serra gaúcha.

Segundo o coordenador estadual do órgão, Leonir Batisti, as investigações começaram há seis meses e têm como objetivo identificar e apreender fazendas, maquinários e empresas utilizadas por Bibinho, mas colocadas em nomes de terceiros, para "lavar" o dinheiro desviado da AL entre 2000 e 2010. O esquema, conhecido como "Diários Secretos", envolveu 97 funcionários fantasmas ou laranjas, que recebiam da Casa sem trabalhar. Conforme auditoria feita pelo Gaeco, os valores atualizados, que à época eram sacados diretamente em agências bancárias, chegaram a R\$ 216,8 milhões em novembro de 2014. O caso já foi segmentado em oito subprocessos, a partir de duas ações criminais propostas pelo MP.

"Até o momento, não houve a recuperação de nenhum desses valores. Por isso, fomos

nos certificar onde estão os bens, ver a origem, com a finalidade de completar o sequestro que foi determinado", explicou Batisti. Também foram objeto dos mandados documentos, computadores e celulares, entre outros itens. A operação conta com a participação de 80 profissionais, incluindo promotores de Justiça, integrantes das unidades do Gaeco e policiais civis e militares.

Bibinho foi condenado duas vezes neste ano, em janeiro e abril, ambas por peculato (apropriação indébita de verbas públicas), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. No entanto, seguia solto, por ser réu primário e porque as condenações não transitaram em julgado. Somadas, as penas ultrapassam 37 anos em regime fechado. Procurado pela FOLHA, o advogado de Bibinho Eurofino Reis afirmou que ainda não tinha conhecimento do teor do novo processo, para dar uma posição jurídica sobre o que aconteceu. A prisão temporária dura cinco dias, que podem ser prorrogáveis por mais cinco.

# FOLHA DE LONDRINA

## LUIZ GERALDO MAZZA

### **Delação imaginária**

Prenderam Michel Abib, o Bibinho, em Brasília junto com o administrador de suas fazendas. O pedido de prisão agora é relativo à lavagem de dinheiro. A versão processual, típica das cordialidades da praça, o coloca na condição de único operador dos chunchos da Assembleia com mais os funcionários que o auxiliavam. Acreditar nessa versão é coisa de Pedro Bó, pois é inaceitável que sozinho deitasse e rolasse naquelas manipulações sem que nenhum componente da Comissão Executiva - e de mais de uma legislatura - tivesse a menor noção do que ocorria e isso em décadas.

Como ele assume essa estranha versão em que um diretor funcional se sobrepõe à hierarquia (os vários integrantes da Executiva), há calma e tranquilidade para aqueles que, no mínimo, pela omissão deveriam ser enquadrados pelo delito menor da prevaricação. A ação do Gaeco, articulada com setores do MP de outras unidades federativas, incluindo a de Brasília, para prender Bibinho pode mudar o rumo das interpretações até aqui consolidadas.

Obviamente, ele jamais, pelo grau de confiança que desfrutava, apelaria para o recurso da delação premiada até porque a sua idade avançada já o favorece em termos penais sem esse tipo de constrangimento. Dá, todavia, para imaginar se tal fosse aventado como ficariam os deputados que, ao longo do tempo, ocuparam posições na Executiva, principalmente, os que se situavam nos postos de presidente e secretário. Não é aceitável que em operações como a Gafanhoto (mais de oitenta parlamentares de várias legislatura referidos) e a mais recente dos "Diários Secretos" não haja evidências de algum tipo de participação parlamentar. Nem é o que se captava nos vazamentos de informações relativas ao caso como, por exemplo, na história do morador de Palmeira que teve a inscrição rejeitada num plano habitacional pela informação do Imposto de Renda de que ganhava demais para figurar na fila da Cohab. Esse "ganho" era decorrente da manipulação com registros pessoais, o que se fez, de forma sistêmica, com pessoas humildes.

Atribuir tudo à engenhosidade do diretor administrativo do Legislativo é dar-lhe uma dimensão de Doutor Silvana ou de um gênio do mal como o Doutor No nos conflitos com 007, cenário apropriado a histórias em quadrinhos. Num momento como o proporcionado pela "Lava Jato", depois da saga do mensalão, é de esperar-se algo à altura dessa nova cultura que precisa enraizar-se para melhorar o Brasil e suas instituições.

29 NOV 2014

### **Gafanhoto**

Um dado curioso foi a notícia da sentença indenizatória aplicada por um juiz no ex-deputado Moisés Leônidas em função da operação gafanhoto, aquela que ficou amarrada quase uma década por causa de indiciados que tinham foro especial por sua condição de deputados federais (entre eles Barbosa Neto originariamente estadual como Hidekazu Takaiama). A parte criminal foi tida como prescrita e a indenizatória era relativa a ressarcimentos do erário.

# 'Homem-mala' de Youssef deixa a prisão

Adarico Negromonte Filho, 29 NOV 2014  
suspeito de transportar a propina arrecadada  
pelo doleiro londrinense, foi solto  
após aceitar imposições da Justiça

Rubens Chueire Jr.

## FOLHA DE LONDRINA

Curitiba - O irmão do ex-ministro das Cidades, Mario Negromonte (PP-BA), Adarico Negromonte Filho, e que é apontado pelas investigações da sétima fase da Operação Lava Jato como uma das pessoas usadas pelo doleiro Alberto Youssef para transportar dinheiro de pagamento de propina, deixou a carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) no final da tarde de ontem. A Justiça Federal do Paraná revogou sua prisão, não acatando o pedido feito pelo Ministério Público Federal (MPF) que solicitava a conversão da prisão temporária em preventiva.

Em sua decisão, entretanto, Moro impôs a Adarico o cumprimento de medidas cautelares substitutivas. São elas: proibição de deixar o País; proibição de mudar de endereço sem autorização da Justiça; obrigação de entregar o passaporte no prazo de cinco dias (se ainda não tiver feito isso); obrigação de comparecer a todos os atos do processo, tanto na investigação como na eventual ação penal, inclusive mediante intimação por qualquer meio, inclusive telefone.

Negromonte se entregou na última segunda-feira, onze dias após ter a prisão decretada e, segundo sua defesa, prestou esclarecimentos aos delegados no mesmo dia. Por ter colaborado com as investigações e ter uma idade avançada (68 anos), a advogada Joyce Roysen já tinha alegado anteriormente que não havia necessidade de prorrogação da

prisão de seu cliente.

A defesa ainda ressaltou que Adarico tem bons antecedentes, possui residência fixa e coloca-se à "inteira disposição para comparecer perante a Justiça Federal ou à Polícia Federal sempre que solicitado".

Em seu despacho, Moro ressaltou que, "muito embora haja prova, em cognição sumária, de que Adarico Negromonte Filho teria participado do grupo criminoso dirigido por Alberto Youssef dedicado à lavagem de dinheiro e ao pagamento de propina a agentes públicos, forçoso re-

---

**Réu está proibido  
de deixar o País  
e deve entregar  
o passaporte**

---

conhecer que o papel era de caráter subordinado, encarregando-se transportar e distribuir o dinheiro aos beneficiários dos pagamentos".

"O juiz foi bastante ponderado e destacou que a prisão cautelar era uma medida excepcional e, com base na presunção de inocência, ele não prorrogou a temporária do Adarico e nem mesmo decretou a prisão preventiva", ressaltou a advogada Joyce. Ainda segundo ela, ontem mesmo seu cliente já iria retornar para sua residência na cidade de Registro (SP).

### AÇÃO PENAL

Na tarde de ontem, quatro réus citados em um dos pro-

cessos da Lava Jato que já tramita na Justiça Federal do Paraná foram interrogados em Curitiba. Além do doleiro Carlos Habib Chater, preso em março deste ano por lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros, também foram ouvidos André Catão de Miranda, acusado de realizar operações de câmbio para Chater, Ediel Viana da Silva, acusado de ser o braço direito de Chater, e André Luiz Paula Santos, acusado de realizar transporte irregular de valores para o doleiro.

Chater já foi condenado em outra ação penal da primeira fase da Lava Jato. O juiz Sérgio Moro condenou o doleiro a cinco anos e seis meses de prisão em regime fechado por lavagem de dinheiro proveniente de tráfico de drogas. No mesmo processo, André Catão de Miranda foi condenado a quatro anos de regime semiaberto. Chater atualmente está preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais, assim como André Luiz Paula Santos.

Este processo é decorrente da primeira fase da Lava Jato. As investigações apontam que o esquema montado por doleiros e seus comparsas consistia na lavagem de dinheiro no mercado clandestino de câmbio com origem do tráfico de drogas, corrupção, sonegação fiscal e desvio de verbas públicas. A participação de políticos e de grandes executivos de empreiteiras no esquema foram surgindo ao longo das investigações.

29 NOV 2014

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# Moro autoriza e Costa é ouvido pelo MPRJ

Curitiba – O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, primeiro a fechar um acordo de delação premiada dentro do processo que apura desvios de recursos da estatal petrolífera para pagamento de propina a agentes políticos, foi ouvido ontem por promotores do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), por cerca de duas horas, nas investigações que apuram enriquecimento ilícito do presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado, e sobre suposto superfaturamento nas obras de ampliação do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes).

O pedido para ouvir um dos investigados da Lava Jato tinha sido feito pela 5.ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Rio. A Transpetro é uma subsidiária da estatal, e é responsável pelo transporte de combustíveis e por processamento de gás natural. Em despacho publicado na noite de quinta-feira, o juiz Sérgio Moro, entretanto, alertou sobre o impedimento de interrogar Costa sobre autoridades e políticos com foro privilegiado. " Havendo investigação formal instaura-

da, sendo de interesse público a elucidação dos fatos e havendo concordância pelo MPF aqui atuante, é o caso de deferir o requerido. Entretanto, estando o acusado (Costa) em prisão domiciliar por ordem deste juízo e tendo ele firmado acordo de colaboração premiada que foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas sobre o qual ainda há sigilo, entendo que a oitiva deve ser cercada de cuidados para não ingressar em crimes ou questões de possível competência do Supremo e sobre os quais aquela Suprema Corte mantém sigilo decretado", explicou o magistrado.

A primeira oitiva de Costa ocorreu ontem à tarde, em seu próprio domicílio, na Barra da Tijuca, na capital fluminense. O juiz ainda determinou o compartilhamento com o MPRJ, do depoimento já prestado por Paulo Roberto no processo que apura desvios da estatal que tramitam na Justiça Federal do Paraná. Ex-senador pelo PMDB do Ceará, Machado foi nomeado para a subsidiária da Petrobras em 2003, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e indicado pe-

lo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Está licenciado do cargo desde que surgiram as primeiras acusações envolvendo seu nome, ainda em outubro. Em seu interrogatório, Costa cita Machado como responsável pelo pagamento de R\$ 500 mil em propina oriunda de contratos da Petrobras supostamente superfaturados, entre os anos de 2009 e 2010.

Segundo a assessoria de Machado, " ao longo do inquérito civil, Sergio Machado forneceu ao MPRJ todas as informações solicitadas, evidenciando a sua atuação lícita e regular. Tanto assim que, passados mais de cinco anos, o Ministério Público não apresentou quaisquer acusações formais contra Sergio Machado". Além disso, completou a assessoria, que submetidas todas as informações ao órgão técnico do MPRJ, foi emitido no dia 22 de julho um Relatório de Análise Fiscal atestando a "compatibilidade patrimonial em todos os anos-calandário". Ou seja, "o MP concluiu de forma categórica que os ganhos de Sergio Machado são totalmente compatíveis com sua renda e patrimônio". (R. C. J.)

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

29 NOV 2014

### Rota de colisão

Desde a divulgação, no início do mês, de que os salários dos 76 defensores públicos do Paraná saltaram de R\$ 10.684,38, em dezembro do ano passado, para R\$ 19.997,58, em setembro de 2014, a administração do governador Beto Richa (PSDB) e a Defensoria Pública do Estado seguem em rota de colisão. Ontem, em nota publicada na Agência Estadual de Notícias (AEN), a gestão tucana informou que ainda aguardava um posicionamento da entidade quanto ao pedido de revogação dos aumentos, que em alguns casos chegaram a 87%.

### Cobrança

Segundo o Controlador-Geral do Estado, Carlos Eduardo de Moura, quando houve a divulgação dos reajustes, Executivo solicitou explicações do órgão e sugeriu a revogação dos atos, "o que até agora não aconteceu". A Controladoria protocolou uma representação na Corregedoria do Tribunal de Contas (TC) do Estado no dia 21 de novembro, para comunicar a Corte sobre a situação e pedir a tomada de providências. Além dos acréscimos nos vencimentos, o Executivo alega que houve concessão de gratificações indevidas e de progressão dos cargos dos servidores. "O que cobramos da Defensoria é celeridade na revogação dos atos e transparência nesse processo", afirmou Moura.

### Projeto polêmico

No dia 12 de novembro, depois da divulgação dos "super-salários", o então governador em exercício, Valdir Rossoni (PSDB), encaminhou o projeto de lei 16/2014 à Assembleia Legislativa (AL), limitando a autonomia financeira do órgão. Entre as alterações sugeridas está a modificação na escolha do defensor público-geral, que passaria a ser nomeado pelo governador, a partir de uma lista tríplice, e não mais pelos próprios membros, mediante voto direto. A proposição também transfere ao Executivo a responsabilidade de nomear os aprovados em concurso e de definir o pagamento de remuneração, promoção e demais vantagens da carreira.

### 'Refém do governo'

A medida recebeu críticas de profissionais da entidade, que pedem a realização de uma audiência pública antes do envio ao plenário. Conforme a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar), Thaísa Oliveira, se a proposta for aprovada, a defensoria ficará "refém do governo". Quando o projeto chegou à AL, a FOLHA também fez uma solicitação de entrevista à defensora pública-geral, Josiane Lupon, no entanto, ela preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

3 0 NOV 2014

# FOLHA DE LONDRINA

# Lava Jato mapeia

# 750 contratos

# de doleiro

**Planilha encontrada com Youssef, envolvendo grandes empreiteiras do País e órgãos públicos, é para a força-tarefa da operação o mapa dos negócios**

Agência Estado

São Paulo e Curitiba - Uma planilha com informações sobre cerca de 750 contratos envolvendo grandes empreiteiras do País e órgãos públicos, em especial a Petrobras, encontrada com Alberto Youssef, é para a força-tarefa da Operação Lava Jato o mapa dos negócios em que o doleiro atuou entre 2009 e 2012. O documento tem servido para os investigadores chegarem a outras empresas, setores da administração e pessoas que podem ter pago propina na lavanderia que alimentou o caixa 2 do PT, PMDB, PP, PSDB e PSB.

Chega a R\$ 11 bilhões o valor global dos contratos que ele teria intermediado. "Os valores abrangem uma ampla gama de grandes empreiteiras e períodos, onde se infere que o esquema criminoso vai muito além das obras contratadas pela Petrobras", afirma a Polícia Federal no relatório da Operação Juízo Final - sétima fase da Lava Jato -, quando pediu a prisão do núcleo empresarial do esquema de

corrupção e propina na estatal petrolífera, no dia 14.

"O esquema é muito maior do que a mera Diretoria de Abastecimento da Petrobras, mas abrange sim uma estrutura criminosa que assola o País de Norte a Sul, até os dias atuais", afirma a Lava Jato.

Youssef confessou que atuava na Petrobras, via diretoria de Abastecimento, arrecadando e movimentando propina de 1% dos contratos para o PP. O PT e o PMDB também controlavam o esquema que captava até 3% dos negócios da estatal para abastecer campanhas eleitorais entre 2004 e 2012. O portfólio de contratos revela à PF o mapa dos negócios de Youssef que alcançou a Argentina e o Uruguai. Uma das obras é a construção do Estádio Itaquerao, em São Paulo, para a Copa do Mundo. A Sacs, empresa contratada para remover tubulação da Petrobras no terreno, aparece como "cliente". A intermediação renderia ao doleiro R\$ 1,3 milhão, segundo o registro.

Para a PF, o documento en-

contrado na casa de Youssef é "um apanhado de projetos quase sempre ligados a propostas de grandes construtoras para empresas públicas, cerca de 750 projetos compreendidos no período de 2 de fevereiro de 2009 a 4 de maio de 2012". O doleiro disse que sua comissão nos negócios variava de 3% a 15%. "É claro o envolvimento de Youssef e seu grupo com grandes empreiteiras", diz a PF. "Para cada projeto destacado há um cliente vinculado, geralmente uma grande construtora, e para cada cliente há um cliente final, quase sempre empresas públicas como Petrobras, Copasa, Comperj e algumas empresas privadas."

Cerca de 60% dos contratos são relativos à Petrobras. Uma única obra teria rendido ao doleiro R\$ 43 milhões. A Justiça Federal no Paraná, base da Lava Jato, tem destacado que a Petrobras é vítima da organização liderada por Youssef e pelo ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa. A Sacs, da obra do Itaquerao, não respondeu ao contato por e-mail.

COMBATE À CORRUPÇÃO

# O temor da 'farra' recursal

Um fantasma assombra os homens e mulheres que combatem as quadrilhas que roubam dinheiro público: os processos que nunca terminam

Lúcio Flávio Moura

Reportagem Local

**A**o mesmo tempo que o escândalo bilionário da Petrobras chocou o País (ver quadro ao lado), as prisões de ex-diretores da estatal e de altos executivos das poderosas empreiteiras, de algum modo, saciaram um pouco a sede de Justiça da sociedade, uma sensação aguardada pela opinião pública desde a redemocratização nos anos 1980. Mas ainda há espaço para o ceticismo, temores. O principal é que os denunciados pela investigação se livrem da prisão usando as características de ampla defesa que marcam o sistema penal no Brasil.

O subprocurador da República, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão/Combate à Corrupção do Ministério Público Federal, admite que quem está no front na guerra contra a corrupção sente-se impotente quando os casos chegam à esfera judicial. "O nosso processo penal é muito lento, muito complexo, tem uma cadeia de recursos enorme e os processos tendem a se arrastar por longos

anos", disse à FOLHA.

Os "soldados" aposentados também lembra deste aspecto da "guerra" do bem contra o mal. "O direito de defesa é muito amplo. A principal dificuldade é o excesso de recursos previsto na legislação, que é muito frouxa", lamenta José Jorge, ex-senador por Pernambuco e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). "A legislação é suficiente para que o TCU comece todos os processos, o problema é o final, onde deveria ter justiça".

O promotor Claudio Esteves tem a mesma opinião. "O problema no Brasil é a aplicação das leis. Elas sofrem um intenso problema de interpretação. As leis talvez tenham defeitos, mas os intérpretes, sobretudo os tribunais, não trazem uma segurança jurídica adequada. Isso não é um problema estrutural só do sistema de justiça, também tem a ver com o sistema legal. Os processos são intermináveis. Não adianta existir uma norma coibindo ou punindo severamente se ela nunca for aplicada", afirma o representante do Ministério Público, que ainda lamenta a lentidão na punição aos envolvidos no Caso

AMA-Comurb. "Temos ótimas leis, mas elas são amassadas por uma interpretação absolutamente liberal, incompatível com a norma", reclama.

O deputado federal Rubens Bueno sugere que o processo de investigação seja unificado. "Por que tem que se fazer um inquérito policial e depois outro inquérito na Justiça? É uma duplicidade que só atrasa, que só desgasta, que só confunde e que só aumenta o gasto público", analisa.

Para Claudio Weber Abramo, da Transparência Brasil, dois fatores bloqueiam o caminho do combate. "O caso da Petrobras é resultado de não se atacar as causas da corrupção: a vulnerabilidade da lei e a incapacidade de gerenciamento do Estado", resume.

66

*O problema no Brasil é a aplicação das leis. Elas sofrem um intenso problema de interpretação"*

CONTINUA

30 NOV 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

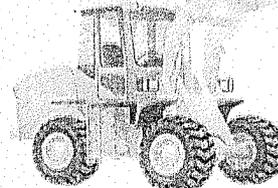
### OPERAÇÃO LAVA JATO

#### Entenda o esquema

##### A OPERAÇÃO

Deflagrada em 17/3/14, pela Polícia Federal, para apurar suspeitas de desvios de recursos na Petrobras, sonegação fiscal e evasão de divisas, lavagem de dinheiro de pessoas físicas e jurídicas, pagamento de propina a políticos, corrupção de agentes públicos, caixa 2 para financiar partidos aliados ao governo

##### COMO FUNCIONAVA O DESVIO DE RECURSOS



**R\$ 59 bi**  
em contratos  
com a  
Petrobras

**1**

Grandes empreiteiras combinavam preços de obras para a Petrobras e contratos eram superfaturados

**2**

Parte do dinheiro do superfaturamento de contratos era distribuído entre operadores do esquema e executivos da Petrobras

**3**

Operadores repassavam propina, em diferentes porcentagens, para três partidos políticos — PT, PMDB e PP -, para financiar campanhas eleitorais

##### EMPREITEIRAS ENVOLVIDAS

- Gaivão Engenharia
- Queiroz Galvão
- Camargo Corrêa
- Mendes Júnior
- Odebrecht
- Engevix
- OAS
- Lesa
- UTC



##### OPERADORES DO ESQUEMA

- ☒ José Janene (PP)  
ex-deputado morto em 2010
- ☒ Alberto Yousseff (doleiro)
- ☒ Fernando Soares (PMDB)  
conhecido como Baiano (lobista)
- ☒ João Vaccari Neto (PT)  
(tesoureiro nacional do PT)

##### PRINCIPAIS CONTRATOS INVESTIGADOS

- ☒ Refinaria Presidente Getúlio Vargas — Repar (PR)  
com obra de R\$ 8,6 bilhões
- ☒ Complexo Petroquímico do Rio — Comperj (RJ)  
com obra de R\$ 7,5 bilhões
- ☒ Refinaria Abreu e Lima (PE)  
com obra de R\$ 18 bilhões
- ☒ Refinaria de Pasadena (EUA)

01 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

# Efeitos da corrupção

**A**inda que as prisões de agentes públicos, doleiros e empresários efetuadas pela Polícia Federal na Operação Lava Jato tenham trazido à população uma sensação de Justiça, de que a impunidade a partir do desvio de dinheiro público e do pagamento de propina em troca de vantagens esteja com os dias contados, o Brasil continua um dos países mais corruptos.

Quando o dinheiro público é desviado em benefício de poucos, toda a população perde. São recursos que poderiam ser aplicados na melhoria da educação, da saúde, da segurança pública, em obras de infraestrutura.

Municípios, Estados e o País perdem em desenvolvimento. É o caso de Londrina, por exemplo. O início da crise política, lembrado na edição de ontem em linha do tempo desta FOLHA, na década de 90 é sentido até os dias de hoje pela população. Se a cassação do mandato de dois prefeitos, Antônio Belinati e Homero Barbosa Neto, podem ser considerados um marco na história da cidade porque fortaleceu a democracia e reforçou o importante papel de investigação do Ministério Público, o município perdeu em vários aspectos. A falta de continuidade de políticas de planejamento é a principal delas. O foco de lideranças políticas e da sociedade civil organizada passou a ser a crise política e o descaso com o dinheiro público e o futuro da cidade ficou em segundo plano.

Tanto que pesquisa de percepção da população sobre Londrina, realizada pelo Fórum Desenvolve, aponta que a população considera o município bom para se morar e tem orgulho de sua origem, mas um em cada cinco jovens de 16 a 20 anos acredita que terá que se mudar para outra cidade nos próximos 12 meses. O dado demonstra a falta de perspectiva, a ausência de oportunidades para os que estão começando a carreira profissional.

Essa é a Londrina que queremos? Uma cidade que, apesar de ser polo educacional, não tem condições de manter aqui seus filhos? Se, ao que tudo indica, a crise política tenha ficado no passado, agora é hora de mirarmos o futuro. A união da sociedade é que poderá reescrever uma outra história.

# Os golpes contra nós nas licitações

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

**H**ouve um avanço bem expressivo do Estado democrático brasileiro quando o Congresso Nacional aprovou e o presidente da República sancionou a Lei Federal 8.666/93, que tornou obrigatória em todo o País a realização de licitação pública para a contratação de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito da União, dos Estados e municípios.

Essa exigência da lei fez reduzir o autoritarismo e afastou a ideia de o governante poder contratar segundo a sua própria vontade. Enfim, estabelecido o princípio da licitação, por força de lei, ficou determinado que as contratações de obras, compras e serviços se efetivariam, como regra, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Em verdade, a Constituição brasileira de 1988 já reservava à lei federal dispor sobre normas gerais de licitação e contratação. E houve mesmo, enfim, como se disse acima, um grande avanço no caminho da moralidade administrativa.

Só não contavam os legisladores com a institucionalização da corrupção na realização das licitações, conforme agora se observa de maneira mais nítida, com a prisão de importantes dirigentes das grandes empreiteiras nacionais. Além de grandes empreiteiras, vê-se que são também grandes corruptoras.

E como se consuma essa corrupção? A julgar pelo que a Polícia Federal vem apurando e divulgando, aberta a licitação para uma grande obra, o preço já é fixado pelo administrador público em valor acima do de mer-

cado, porque sabe ele que uma parte voltará “para o partido”, para fulano, para sicrano. É a chamada “parte do leão”.

As grandes empreiteiras, antes da participação formal na licitação, sabem disso e fazem previamente a divisão do bolo, combinando o preço com que cada uma delas participará. Os valores são acertados nas sombras, configurando aquilo que os romanos chamavam de *res inter alios* (ação suja para enganar a lei).

Graças a essa doença nacional, o custo de um quilômetro de rodovia ou qualquer outra obra poderá custar duas vezes mais do que um particular gastaria para realizar o mesmo serviço. Não há exagero nessa informação, é tão somente a triste realidade no mundo obscuro das licitações.

As concorrências nas grandes obras, pelo que emerge do trabalho da Polícia Federal, foram feitas dessa forma. Pior foi na Petrobrás, onde nem licitação se fazia, permitindo-se a contratação dos aliados que depois dividiriam os lucros.

Em verdade, essa vergonha nacional ocorre há muitos anos e agora somente ganhou maior expressão porque alguém que não recebeu a sua parte nessa divisão torpe deu com a língua nos dentes, assim como no caso anterior do mensalão - neste, recorda-se, o deputado federal (*Roberto Jefferson, do PTB*) que recebeu de José Dirceu somente R\$ 4 milhões para o seu partido achou pouco e fez a denúncia.

O mais grave nesse avanço sobre o dinheiro público é que o descumprimento da Constituição e da Lei 8.666/93 se tornou rotina no governo federal. A lei federal subordina à exigência de licitação não só a administração direta, mas também

“as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas di-

---

## No avanço ao dinheiro público, descumprir a lei tornou-se rotina no governo federal

---

reta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

Significa que a Petrobrás e tantos outros órgãos detentores de dinheiro público não poderiam contratar sem licitação. Isso equivale a dizer que os governantes são diretamente responsáveis pela ocorrência do ilícito, porque não seria admissível imaginar que os presidentes Lula e Dilma Rousseff não soubessem da farra nessas contratações.

Fingir cumprir a lei não é o mesmo que realmente cumpri-la. O Código Penal prevê o crime de prevaricação, ao dispor que é crime, com detenção de três meses a um ano, “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” (artigo 319).

A Constituição federal e a Lei 8.666/93 estão sendo abertamente descumpridas, mas, lamentavelmente, os principais autores do crime, seja por ação, seja por omissão, não são alvo da necessária ação do Ministério Público Federal.

**CONTINUA**

29 NOV 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Mas há algo pior ainda: o governo brasileiro, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem licitação, está financiando obras em diversos países e fazendo contratos daquele jeito que o diabo gosta, ou seja, a preços que podem permitir gordo retorno da “parte do leão”. Pode parecer demagógico afirmar que dinheiro público tão escasso para escolas e saúde vai parar em outros países dessa forma, mas é mesmo o que vem acontecendo.

As obras são financiadas em Cuba, Venezuela, Moçambique, Nicarágua, Bolívia, Peru, Panamá, Equador. Diariamente, centenas de internautas brasileiros inconformados denunciam incessantemente essas contratações e os valores de tais obras no exterior. É inacreditável que o governo da presidente Dilma, que sempre afirma estar com a atenção voltada para o social e para a população mais carente, se permita rasgar dinheiro dessa forma.

Mais inacreditável, ainda, é observar que a oposição política no Congresso Nacional confessou sua incompetência ao deixar de denunciar com ênfase essa torpeza. Felizmente, observava-se que uma grande parte da população brasileira não se cala diante de tantos escândalos e a cada dia, por todas as formas, com predominância da internet, vai enumerando os escândalos de corrupção.

O Partido dos Trabalhadores, fingindo-se de cego, está contratando pesquisa de opinião pública para identificar as causas e possíveis soluções para o antipetismo que está à vista de todos. Não há necessidade alguma de fazer pesquisa: basta olhar no espelho.

DESEMBARGADOR APOSENTADO  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE SÃO PAULO. E-MAIL:  
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

29 NOV 2014

Juiz manda  
soltar irmão  
de ex-ministro

Mateus Coutinho

## O ESTADO DE S. PAULO

# STF suspende ação contra procurador do caso Alstom

Gilmar Mendes diz que Rodrigo De Grandis já foi inocentado da suspeita de não ter atendido a pedido da Suíça em 2011

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão imediata do processo administrativo disciplinar aberto no fim de outubro pela Corregedoria Nacional do Ministério Público para investigar o procurador da República Rodrigo De Grandis por suspeita de não ter atendido à solicitação de cooperação da Suíça no caso Alstom, em 2011.

Mendes concedeu liminar em mandado de segurança impetrado por De Grandis, bloqueando o processo disciplinar da Corregedoria, braço do Conselho Nacional do Ministério Público. O ministro amparou sua decisão na sindicância da Corregedoria do Ministério Público Federal, instituição à qual o procurador pertence, que concluiu pela inocência de De Grandis, diante da “não constatação de conduta culposa ou dolosa caracterizadora de infringência ao dever funcional”.

Os advogados do procurador, Pierpaolo Bottini e Igor Tamasauskas, sustentaram perante o STF que, “após exaustivo trabalho, a comissão de sindicância (da Corregedoria do Ministério Público Federal) concluiu pela inexistência de qualquer falta funcional, tese acolhida pela Corregedoria do impetrante (De Grandis), com o arquivamento do expediente”.

O processo disciplinar foi instaurado pelo corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramuja, para apurar supostos desvios de conduta do procurador durante as investigações do caso Alstom – subor-

no de agentes públicos de São Paulo nos anos 1998 em contrato da área de energia.

Em 2011 o Ministério Público da Suíça enviou ao Brasil pedido de cooperação que tinha como alvo um ex-diretor da CPTM e dois lobistas, e endereçaram a demanda a De Grandis. As diligências solicitadas pela Suíça, porém, não foram realizadas – na época o procurador afirmou que o pedido não foi atendido para não prejudicar as investigações em andamento no Brasil.

De Grandis alegou ao STF que a medida da Corregedoria Nacional “violou ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal”. Também, segundo ele, afrontou o artigo 77 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, “pois a instauração do processo se deu sem sua oitiva”.

Em sua decisão, Mendes advertiu que o corregedor nacional do Ministério Público abriu o processo “monocraticamente, sem que fosse conferida (a De Grandis) a oportunidade de apresentação de qualquer manifestação no Conselho Nacional do Ministério Público”.

“Este fato agrava-se ainda mais quando certo que a referida sindicância (da Corregedoria do Ministério Público Federal) foi arquivada por não ter sido constatada qualquer conduta culposa ou dolosa caracterizadora de infringência ao dever funcional que possa ser atribuída (a De Grandis)”, destaca Mendes. O processo disciplinar foi suspenso até decisão final do STF. /F.M.

O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Operação Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, determinou ontem a soltura de Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte e acusado de participar do esquema de distribuição de dinheiro e pagamento de propinas liderado pelo doleiro Alberto Youssef.

Adarico teve prisão temporária decretada no dia 18, mas entregou-se oito dias depois. A prisão temporária tem prazo de cinco dias. Ao justificar a soltura, Moro entendeu que o papel de Adarico no esquema era de “subordinado”.

“Considerando o papel subordinado, a posição do MPF, e ainda o princípio da presunção de inocência, tornando a prisão preventiva excepcional, é o caso de determinar sua soltura, sem prorrogação da temporária e ou a imposição da preventiva”, afirmou Moro.

Apesar de libertado, Adarico terá de cumprir medidas como a proibição de deixar o País e a de mudar de endereço sem autorização judicial, além de ter de entregar seu passaporte em cinco dias e comparecer a todas as etapas do processo.

Outro investigado da Lava Jato teve o segundo habeas corpus negado ontem, dessa vez pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região. Trata-se de Fernando Antônio Falcão Soares, o Fernando Baiano, apontado como operador do PMDB.

**SÔNIA RACY**  
Urso

Eloisa Arruda ganhou presente de Natal antecipado. É que o TJ do Acre, segundo o advogado Luiz Flávio D'Urso, acaba de se considerar incompetente para julgar ação de Tião Viana contra a secretária de Justiça do Estado de SP.

Em abril, Eloisa chamou o governador de “irresponsável” por enviar centenas de haitianos a São Paulo sem comunicar o governo Alckmin.

30 NOV 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Nova lei fará casal divorciado manter papel de pai e mãe

Segundo IBGE, hoje só 6,82% dos 224.451 filhos de divorciados são beneficiados pela guarda compartilhada, que pode virar regra

**Paula Felix**

Às segundas e quintas-feiras, Angelo Bosnich Costanzo, de 4 anos, fica com a mãe. As quartas e sextas são reservadas para o pai. Os fins de semana são revezados, e definem quem vai cuidar do menino às terças. E todos os momentos especiais são compartilhados entre mãe e pai. Considerada exceção no País, a criação por guarda compartilhada é uma realidade para o garoto desde março deste ano. Em breve, poderá ser a regra para qualquer criança.

Segundo dados das Estatísticas de Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 224.451 filhos de pais divorciados e apenas 6,82% estão sob os cuidados do pai e da mãe. Se o Projeto de Lei 117/2013, aprovado pelo Senado na quarta-feira passada, for sancionado pela presidente Dilma Rousseff, os números deverão se inverter. Atualmente, a guarda compartilhada é adotada "sempre que possível". Com a nova regra, ela será a primeira opção do juiz.

A empresária Fernanda Bosnich, de 34 anos, e o publicitário Douglas Costanzo, de 38, foram casados por cinco anos e, quando veio a separação, o bem-estar de Angelo foi prioridade. "A gente resolveu se separar, mas nada mudou, só saí de casa. O casal deixou de existir, mas permaneceu a amizade e o respeito", conta Fernanda.

Costanzo afirma que quer participar do crescimento do filho. "Não concordo com essa coisa de que o pai é provedor, vive como um solteiro, porque, quando cair a ficha, vai ver que perdeu a criação do filho. Eu quero fazer parte disso." Embora tenha apenas 4 anos, o garoto sentiu a separação dos pais. Para surpresa deles, a reação foi positiva. "Um mês depois da separação, a professora me chamou e disse que ele melhorou o comportamento. Ele nunca viu briga e desrespeito, mas está mais meigo e feliz", diz a mãe.

Na casa da secretária executiva Izabel Cristina de Barros Ferreira, de 43 anos, a guarda compartilhada faz parte da vida de João Pedro Ferreira Oliveira, de 14 anos, há 11. "Eu não lembro como foi a separação deles. Acho que é melhor (*conviver com*) os dois, tem de ter uma relação tanto com um quanto com o outro", diz o menino.

Izabel conta que, apesar de a separação ter sido amigável, teve momentos de dificuldade. "Houve épocas em que nós não tivemos um relacionamento tão bom, mas sempre teve uma negociação, a gente sempre se respeitou pelo João." Ela afirma ser favorável ao projeto de lei. "Acho muito mais saudável para a criança, porque ela tem o direito e vai sentir falta de conviver com o outro", diz.

Para a psicóloga Isabel Cristina do Carmo Gonçalves, que atua com famílias, a aprovação da lei pode ser benéfica para pais e filhos. "A lei tem um fator positivo, que é o de não excluir

uma das partes. Ela também dificulta um pouco a alienação parental. Quando é necessário criar leis para interferir na vida privada é porque está faltando bom senso." Isabel diz ainda que é necessário verificar se a aplicação será eficaz. "É algo novo que, com o tempo, poderemos ver se vai ajudar ou não."

**Na prática.** Integrante da Sociedade Brasileira de Psicologia, a psicóloga Triana Portal afirma que o projeto de lei é viável na teoria, mas difícil de ser realizado com sucesso por todas as famílias. "Na prática, não funciona, porque é muito difícil os casais se relacionarem. Existe uma pequena parcela que consegue funcionar bem."

Para o advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Rodrigo da Cunha Pereira, a aprovação do projeto de lei é "uma vitória". "O que não é bom para a criança é não conviver com os pais. As mães compartilham com creche, com avó e por que não com o ex-marido?"

**CONTINUA**

Renata Coelho Okida, juíza da  
1ª Vara da Família do Butantã

## 'Vamos priorizar o bem-estar das crianças'

● Qual é a sua opinião sobre o projeto de lei que regulamenta a guarda compartilhada?

Para aplicar a guarda compartilhada é requisito básico a existência de respeito mútuo entre os pais, diálogo e uma convivência pacífica. O que eu vi na justificativa é que, se há a beligerância, a guarda compartilhada seria a solução. Eu acho complicado na prática. O que vejo muito são pais que se comunicam somente por e-mail ou por mensagem de texto e querem pedir a guarda compartilhada. Acredito que, para ser aplicada, *(a guarda)* tem de atender aos interesses da criança. O que está se prevendo *(no projeto)* é impor *(a guarda compartilhada)*.

● Se aprovada, essa medida vai beneficiar os pais ou os filhos?

Depende de como se desenvolve o convívio entre os pais. Pode ser muito saudável. Não é porque o casal se separou que a família deixou de existir. O vínculo existe e a criança representa essa ligação. Se conseguirem conduzir dessa forma, excelente, porque ambos vão participar da rotina e das obrigações. Pode ser um estímulo para os pais participarem das decisões no exercício do poder parental.

● A definição de quem vai ficar com a guarda dos filhos será mais difícil para os juízes se a lei for sancionada?

Não, porque vamos continuar priorizando o bem-estar das crianças. Vamos tomar a decisão que for melhor para elas. Quando envolve guarda do menor, somos bem cautelosos, e a gente vai tomar a decisão que preserve ao máximo os direitos da criança. /P.F.

29 NOV 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Gaeco prende Bibinho

Da Gazeta do Povo

O ex-diretor geral da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Abib Miguel, 74 anos conhecido como Bibinho, foi preso quando recebia cerca de R\$ 70 mil suspeitos em uma mala no Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek de Brasília, no final da manhã de ontem. A prisão faz parte da operação "Argonauta", desencadeada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Paraná. Ele foi detido por força de um mandado de prisão temporária.

Foram presos também dois filhos dele: Luciana de Lara Abib, 30 anos, e Eduardo Miguel Abib, 32, em Curitiba. Outros suspeitos, Edivan Bataglin e Sandro Bataglin, também foram detidos. Edivan é o homem que entregava o dinheiro a Bibinho no aeroporto. A operação está cumprindo 14 mandados de busca e apreensão, além de cinco de prisão temporária, no Paraná, Amapá, Rio Grande do Sul e Goiás, com apoio dos Gaecos locais.

Outra filha de Bibinho, Isabel Stein Miguel, 39, tem contra si um mandado de condução coercitiva em Curitiba. Pelo mesmo instrumento, o Gaeco ouvirá esclarecimentos Djalma Vieira de Souza e Benedito Henrique Reginato, moradores de Macapá, capital do Amapá, e de Caxias do Sul, na serra gaúcha.

Todos são suspeitos de estarem envolvidos no esquema lavagem de dinheiro investigado pelo Gaeco. Luciana é filha de Bibinho e apontada como principal testa de ferro do ex-diretor da Alep na administração de bens supostamente lavados.

A investigação apontou o uso de uma rede de empresas e contas bancárias que não havia sido bloqueadas em decisões judiciais anteriores para tentar garantir que parte do dinheiro desviado da Assembleia Legislativa do Paraná pudesse ser devolvido aos cofres públicos.

BAILE DA SAUDADE

# BETO YOUSSEF RESSUSCITA OS FANTASMAS DO BANESTADO

Parece que foi ontem.

No entanto alguns anos se passaram e denunciados da época nem foram punidos de modo exemplar.

O juiz?

O juiz era o mesmo, Sergio Moro.

O caso era o escândalo do Banestado, e até da Copel que entrou na roda.

Na época nomes como os de Giovanni Gionédís, Heinz Herwig, Ingo Hubert, Rafael Iatauro e Durval Amaral, entre outros, entraram no rol de envolvidos com escândalos do tempo Jaime Lerner que deixou muitos rastros.

O responsável por uma delação premiada era o mesmo homem-bomba da atualidade, Beto Youssef.

O doleiro que lavou muito dinheiro daquele escândalo, dólares e reais que povoaram denúncias escandalosas, pegaram no contrapé uma turma que hoje tem motivos de sobra pra comemorar porque nunca tiveram condenação mais pesada.

O mínimo que se condenou na época, se é que foi pra valer,

poucos lembram porque os processos caíram naquela famosa "gaveta do esquecimento".

Giovanni Gionédís amargou condenação mas nunca foi preso nem devolveu qualquer coisa, enquanto Ingo Hubert, que em certa ocasião chegou a fugir em um porta malas de carro para não ser preso, sumiu do cenário depois de, como Presidente da Copel, ter seu nome mergulhado até o pescoço no mar de lama de tudo que se relacionava ao Banestado.

Rafael Iatauro, na época, conselheiro do Tribunal de Contas, onde chegou a ser presidente por mais de uma vez, teve, inclusive, revelado em delação premiada de Youssef, do número de uma conta premiada em Nova York e que supostamente guardaria dólares do escândalo Banestado.

Falando em Tribunal de Contas, parece que a instituição volta e meia é envolvida em fatos que melhor investigados poderiam, inclusive, ter colocado muita gente na cadeia.

Heinz Herwig, que fora secretário do governo Jaime Lerner, acabou premiado com um cargo de conselheiro do Tribunal de Contas e livrou-se de uma punição que era dada como certa para o tal de "Alemão", como era mais conhecido.

Outro que virou conselheiro do TC, como se isso tivesse sido um prêmio pela participação no escândalo Banestado e outros, foi o ex-deputado Durval Amaral.

Toda esta turma, embora muitos não recordem, foram alvo de uma delação premiada por parte de Beto Youssef e para o mesmo Juiz, Sergio Moro.

O tempo passou, Beto Youssef não cumpriu o que havia prometido que era de não voltar a atuar nesta área da lavagem de dinheiro, e ei-lo de volta, diante do mesmo Juiz e contando agora novas histórias.

Desta vez, claro, bem mais escandalosas.

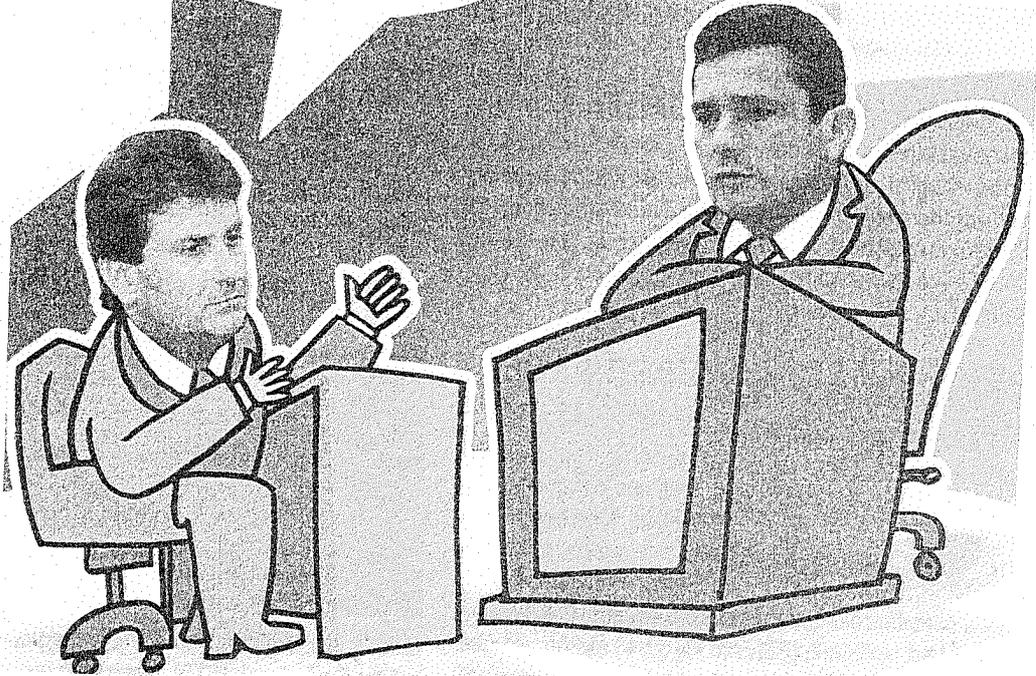
**CONTINUA**

# IMPACTO PARANÁ

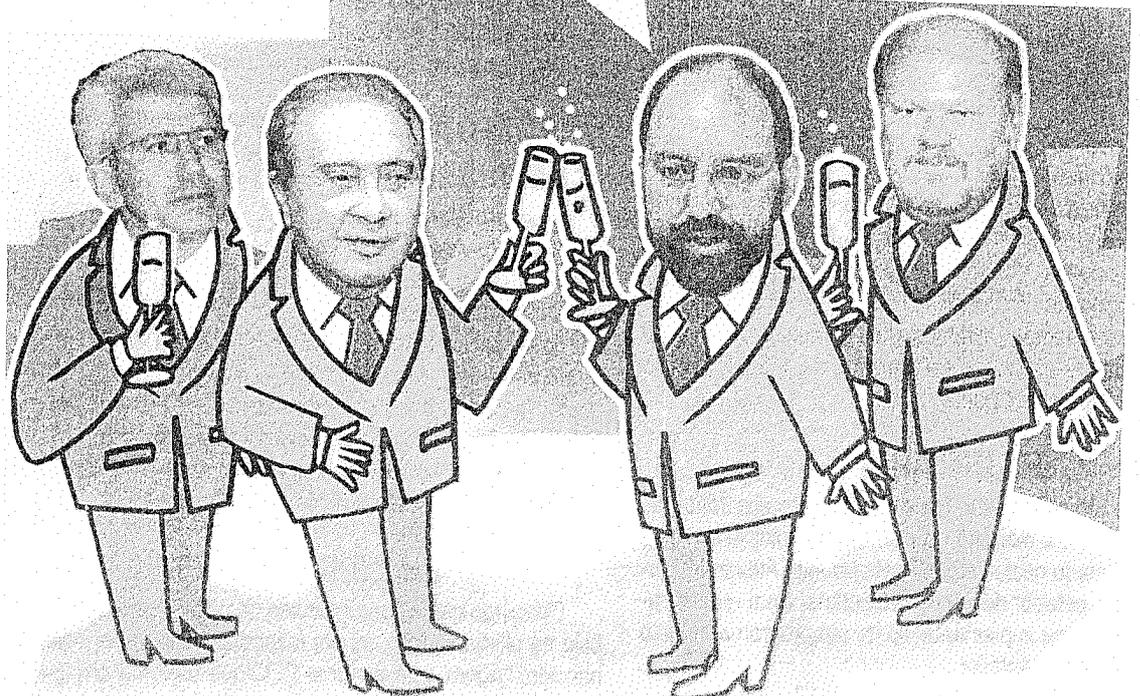
CONTINUAÇÃO

ANTES EU TIVESSE  
FICADO SÓ COM AQUELA  
TURMA DO BANESTADO, ME  
MISTUREI COM O ANDRÉ  
VARGAS E A TURMA DO PT  
E VEJA NO QUE DEU  
TUDO ISSO!!

29 NOV 2014



VOCÊS VIRAM... VOCES  
VIRAM DO QUE NÓS LIVRAMOS  
COM O TAL DE BETO YOUSSEF  
QUE QUERIA NOS ENROLAR  
NAQUELE NEGÓCIO DO  
BANESTADO!



# IMPACTO PARANÁ

## CLUBE DA CORRUPÇÃO

### QUER TIRAR JUIZ

### MORO DA LAVA JATO

29 NOV 2014

O ministro do STF Teori Zavascki encaminhou ao juiz Sergio Moro, que julga a Operação Lava Jato, questionamentos que o advogado Fabio Tofic Simantob apresentou à corte sobre políticos citados na investigação. Para o advogado, que defende Gerson Almada, vice-presidente da Engevix, a PF sabia desde setembro do ano passado que deputados mantinham relações com o doleiro Alberto Youssef, mas o juiz só reconheceu o fato após a operação ter sido deflagrada, em 17 de março deste ano. As informações são da Folha de S. Paulo.

Segundo Simantob, a omissão sobre a presença de políticos visa impedir que o caso seja remetido ao STF. Deputados federais só podem ser investigados pela corte porque gozam de foro privilegiado. Gerson Almada está preso na PF de Curitiba desde o último dia 14 sob acusação de pagar propina para obter contratos na Petrobras.

Os políticos que apareceram na apuração em 2013, segundo o defensor, são os deputados André Vargas (sem partido-PR) e Luiz Argôlo (SDD-BA). Ele relaciona dois fatos que comprovariam a omissão: a PF cita o número do telefone de Argôlo em relatório de setembro de 2013 e a entrega de R\$ 120 mil ao chefe de gabinete do parlamentar também naquele ano. O advogado diz que o juiz impede réus de citar os nomes de políticos que são acusados de receber propina com o mesmo objetivo: manter o processo sob sua condução.

Procurado pela Folha, Moro não quis se pronunciar. Em questionamentos similares, ele disse que políticos não são investigados, mas

sim o desvio de recursos da Petrobras. Para o juiz, se o dinheiro desviado foi posteriormente usado para pagar propina a políticos, ocorreu um novo crime, de corrupção, que não é objeto das ações que ele julga. Moro já escreveu que veta réus de citar políticos que são acusados de receber suborno para preservar a autoridade do Supremo.

## GENTE

Paulo Francis, analista político dizia que a Petrobras era um antro de corrupção. E isto muito antes dos governos do PT terem se instalado no país. O correspondente da Globo foi processado e hoje, tantos anos depois está mais do que provado aquilo que denunciava. Morreu de desgosto em Nova York onde era correspondente analisando as estrepolias no país e a repercussão mundial de um país que nunca foi visto como sério.

## PERGUNTAR NÃO OFENDE

- Dos últimos presos pela Operação Lava jato quem mais o surpreendeu?
- Até onde o Juiz Sergio Moro vai manter aberta esta caixa preta que a cada dia revela novos integrantes de um grande quadrilha?
- Essa turma de deputados, estaduais e federais, que receberam doações generosas do esquema das empresas envolvidas na Operação Lava Jato, vão devolver a grana aos cofres públicos?
- E o Tadeu Veneri com aquele espírito crítico sendo um dos que mais recebeu em doações entre os deputados eleitos e beneficiados pelas empresas criminosas?
- Nelson Meurer, tem como explicar aquele um milhão e pouco na sua conta vindo das doações generosas das empresas da Operação Lava Jato?
- Quando é que essa grana toda que roubaram começa a voltar ao caixa do governo ?
- Com os bilhões que mandaram para o exterior todos os denunciados na Operação Lava Jato, vai dar para o governo dar uma equilibrada nas contas e fazer alguma obra de vulto?
- E que tal aquela pôse de pobrezinho que a imprensa escrachou por parte do deputado federal Alfredo Kaefer que se duvidarem daqui a pouco estará andando de ônibus para provar que depende de Justiça gratuita ?
- Quando é que o deputado Rossoni começa a escrever os diários secretos do Palácio Iguazu que aproveitou para juntar em documentação de alguns dias como governador ?

29 NOV 2014

## IMPACTO PARANÁ

**HUMMM...**

**HUMMM..., HUMMM...**

Esta é a expressão primeira que se ouve quando falam a respeito da licitação publicada em Diário Oficial, para reforma e restauro do prédio do Palácio da Justiça.

Pode não ser nada, mas no Centro Cívico tem gente tirando conclusões, especulando e levantando suspeitas quanto ao assunto.

É que tais obras, na primeira vez, motivaram escândalo que levou, por conta do preço abusivo do negócio, a ser suspenso revelando outras irregularidades.

Agora com o novo edital e preço menor mas com a credencial de acervo maior por parte da empresa vencedora, o destaque ficou por conta da revelação de que a única concorrente habilitada foi aquela que motivou a suspensão das obras do anexo do Tribunal de Contas, por causa de propina que deu flagrante no coordenador geral, envolvendo, inclusive, a imagem do presidente do TC.

Como se vê, ingrediente não falta para que tal licitação fique sob comentários.

01 DEZ 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Governo aguarda decisão sobre aumentos da Defensoria

**S** O Governo do Estado ainda aguarda a decisão da Defensoria Pública do Paraná sobre a revogação de decisões internas que permitiram aumentos questionáveis na remuneração de defensores. Houve aumentos de até 87% nos salários dos defensores públicos em menos de um ano.

O Controlador-Geral do Estado, Carlos Eduardo de Moura, explicou que, desde que os aumentos foram divulgados, no início de novembro, foi feito um pedido para que os atos fossem revogados, o que ainda não ocorreu. "Solicitamos informações para a Defensoria já no início do episódio e cobramos algumas explicações. Naquele momento, foi sugerido que a Defensoria-Geral convocasse o Conselho Superior e revogasse os atos, o que até agora não aconteceu", disse. ●

**Houve aumentos de até 87% nos salários**